

PARALISAÇÃO À VISTA

Professores da UFPR e da UTFPR podem entrar em greve a partir de 15 de abril

Os servidores técnico-administrativos já estão em greve desde o dia 11 de março

Josianne Ritz

Os professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) devem entrar em greve a partir de 15 de abril. A paralisação, segundo os servidores, é consequência de "falta de avanço nas tentativas de negociação com o governo das pautas centrais da categoria". Entre essas pautas estão a recomposição salarial, reestruturação da carreira e precarização das condições de trabalho.

Os servidores técnico-administrativos estão em greve desde o dia 11 de março nas instituições federais de ensino superior do país. No Paraná, além das universidades federais, a mobilização também ocorre no Instituto Federal do Paraná (IFPR).

A Associação dos Professores da UFPR (APUFPR) vai realizar uma nova Assembleia até 9 de abril para consultar os professores da UFPR. A orientação é do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do ANDES, que prevê que uma nova rodada de assembleias deve ocorrer até o dia 9 de abril e ter como pauta três pontos principais: a deflagração da greve a partir do dia 15 de abril, a formação de comitês locais de mobilização e a elaboração das pautas específicas de cada localidade.

Está programada uma reunião do Setor das Ifes para o dia 10 de abril, que avaliará o resultado dessa nova rodada de assembleias. Após essa reunião, haverá um prazo de 72 horas para que sejam formalmente comunicados o Governo Federal e as reitorias sobre a decisão de deflagrar a greve a partir do dia 15 de abril.

UTFPR

Os docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) foram convocados para participar de uma Assembleia Geral Extraordinária, no dia 9 de abril de 2024, às 16 horas. A atividade ocorre no Auditório da Sede Centro do Campus Curitiba da UTFPR. A convocação visa discutir e deliberar sobre a deflagração de uma greve, marcada para ter início no dia 15 de abril.



José Cruz/Abr

Assembleias são realizadas nas instituições federais de todo o País

FEVEREIRO

Juros do cartão de crédito têm leve queda

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas na terça-feira pelo Banco Central (BC).

O crédito rotativo dura 30 dias e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

A modalidade tem as taxas mais altas do

mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. A medida, entretanto, vale apenas para novos financiamentos, por isso as estatísticas ainda estão em patamares altos.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. No caso do cartão parcelado, os juros reduziram 3,3 pontos percentuais no mês e 7,3 pontos percentuais em 12 meses, para 184,5% ao ano.

Os juros praticados nas operações de cartão de crédito foram os que mais influenciaram a queda na taxa média de juros cobrada das famílias em fevereiro.

IZA ZILLI

IZA ZILLI | contatoizazilli@gmail.com



Niver

A empresária agropecuarista Maria Cecilia De Leão Rosenmann, completa nova idade hoje. A data, será comemorada com amigas em um almoço em São Paulo.



A oftalmologista Tania Schaefer comemorou ontem, o seu aniversário. Ela recebeu recentemente, a homenagem 'Cabeça de Mulher, das mãos de Gladys França, no Hotel Pestana.



Conceber

Curitiba é excelência em vários setores. Entre eles, pontuamos a Clínica Conceber - Centro de Medicina Reprodutiva, comandada pelo Dr. Alessandro Schuffner. Ele é um dos poucos médicos no país a possuir diversas certificações em Medicina Reprodutiva.

Breton Curitiba

A família Fernandes, à frente da Breton Curitiba, Ricardo Fernandes, Roseli Fernandes, Ricardo Thomas Fernandes e Bruna Fernandes, inaugurou nova loja. A marca de mobiliário, traz para a cidade, sofisticação e qualidade em sua nova loja, localizada na Av. do Batel, 1443. O evento de inauguração aconteceu no dia 21 de março para imprensa e convidados.



Bruna e Ricardo Fernandes. Foto Patricia Amancio.

contatoizazilli@gmail.com

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
—Online—

zuk

Credora Fiduciária: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S/A
Fiduciária: JULIO CESAR GIOVANNETTI NETTO e sua esposa JULIANA TESSARI GIOVANNETTI

LOTE 02 - Unidade n.02, do Condomínio "Residencial Villa Lobos", composta de dois pavimentos a saber: Pavimento Térreo com a área de 212,35m², Pavimento Superior a área de 163,51m²; totalizando a área construída de 375,86m², área construída de uso comum de 24,00m², área de uso exclusivo destinada a jardim e quintal de 1.179,03m², área não construída de uso comum de 617,30m², cabendo-lhe uma quota do terreno de 2.008,68m², fração ideal de solo de 12,50%; Localização: sendo a segunda unidade localizada ao lado direito de quem da rua interna do Condomínio olha o imóvel de frente, do lado direito com a unidade n. 1 e do lado esquerdo com a unidade n.3; Edificada no lote de terreno urbano, designado sob n.7 (sete), da planta de Divisão Amigável arq. sob n. 16.191 n/Ofício, situado no Quarteirão "Timbutuva", do Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. **Av.4** - Para constar a edificação da área de uso comum com 168,33m² (zeladoria, churrasqueiras, vestiários, guarita e portaria) destinadas as unidades do Condomínio Villa Lobos. **Imóvel objeto da matrícula nº 35.315 do Cartório de Registro de Imóveis de Campo Largo/PR. Observação¹:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Observação²:** A avaliação do bem imóvel está de acordo com os termos do Parágrafo Único do artigo 24 da Lei 9.514/97. **Observação³:** Consta gravadas nas Av's 8 e 24, Existência de Ação, e nas Av's 9, 10, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 28, Indisponibilidade de bens, que deverão ser baixadas pelo arrematante. **Datas e valores dos leilões:** >1º Leilão: 17/04/2024, às 15:00 h. Lance mínimo: R\$ 3.221.816,43. >2º Leilão: 18/04/2024, às 15:00 h. Lance mínimo: R\$ 4.184.467,99.

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

VELSIS SISTEMAS E TECNOLOGIA VIÁRIA S.A.

CNPJ: 07.877.926/0001-09

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Valores em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NOTA	Controladora		Consolidado		PASSIVO	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.382	22.003	27.233	26.291	Fornecedores	16	5.790	6.361	6.526	5.953
Contas a receber de clientes	6	18.432	21.618	26.357	22.338	Emprestimos e financiamentos	17	4.321	2.877	8.349	4.862
Estoque	7	135	104	6.184	4.402	Passivos de arrendamento	15	6.052	1.854	6.508	1.943
Impostos diferidos	9	1.538	1.897	2.051	2.506	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	4.039	3.049	6.394	4.404
Impostos a recuperar	8	12.471	5.913	17.642	6.685	Obrigações tributárias	8	15.803	15.457	19.852	17.915
Partes relacionadas	19	8.244	8.199	2.657	4.923	Dividendos a pagar		517	517	517	517
Créditos com consórcios	11	3.948	6.481	3.948	6.481	Outras contas a pagar		644	1.074	1.359	1.787
Outras contas a receber	10	1.230	3.064	2.640	3.973	Provisão para contingências	20	2.398	-	2.398	-
						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		39.564	31.189	51.903	37.381
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		66.380	69.279	88.712	77.599	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Emprestimos e financiamentos	17	16.968	21.249	33.114	41.096
Contas a receber de clientes	6	4.292	5.257	4.292	5.257	Passivos de arrendamento	15	1.538	1.325	2.051	1.325
Impostos diferidos	9	8.041	10.057	9.044	11.689	Obrigações tributárias	8	21.200	21.314	27.446	24.472
Partes relacionadas	19	11.727	1.453	10.974	1.453	Dividendos com consórcios	11	8.791	21.000	10.437	21.000
Outras contas a receber	10	2.901	3.830	2.901	3.835	Partes Relacionadas	19	1.525	1.525	1.525	1.525
Créditos com consórcios	11	8.689	23.944	8.689	23.944	Outras contas a pagar		795	2.031	1.729	2.698
						TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		50.817	68.444	76.302	92.116
Investimentos	12	28.534	19.193	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	13	2.902	4.633	34.032	39.183	Capital social	21	42.565	42.565	42.565	42.565
Intangível	14	16.449	14.437	28.239	18.940	Ajuste acumulado de conversão		141	49	141	49
Ativos de direito de uso	15	6.243	2.861	7.126	2.913	Reservas de lucros	21	20.016	11.793	20.016	11.793
						Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		62.722	54.407	62.722	54.407
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.778	85.665	105.297	107.214	Participação de não controladores		3.055	904	3.082	909
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.777	55.311	65.804	55.316
TOTAL DO ATIVO		156.158	154.944	194.009	184.813	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		156.158	154.944	194.009	184.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de Reais - R\$)

Em 31 de dezembro de 2021	Nota	Capital social realizado	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Patrimônio Atribuível aos Controladores	Participação de Não Controladores	Participação de Não Controladores	Total
			Legal	Dividendos obrigatórios	Retenção de lucros						
Aumento de capital	21 (i)	38.515	1.083	-	2.571	-	242	42.411	989	43.400	43.400
Distribuição de resultados		4.050	-	-	-	-	-	4.050	-	-	4.115
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(624)	-	8.139
Reserva legal	21 (ii)	-	407	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios	21 (iii)	-	-	1.933	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	21 (iv)	-	-	-	5.799	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	(193)	(193)	-	(193)	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	474	474	5	479
Em 31 de dezembro de 2022		42.565	1.490	1.933	8.370	-	49	54.407	904	55.311	55.316
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.223	-	10.223	-
Reserva legal	21 (ii)	-	511	-	-	-	-	(511)	-	-	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios	21 (iii)	-	-	2.428	-	-	-	(2.428)	-	-	-
Reserva de lucros	21 (iv)	-	-	-	7.284	-	-	(7.284)	-	-	-
Dividendos	21 (v)	-	-	(1.933)	(67)	-	-	(2.000)	-	(2.000)	-
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	92	92	-	92	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	2.151	2.151	22	2.173
Em 31 de dezembro de 2023		42.565	2.001	2.428	15.587	-	141	62.722	3.055	65.777	65.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), constituída em 24 de janeiro de 2006, com sede na Rodovia BR 277, no 1596, na cidade de Curitiba/PR, tem por objetivo a fabricação, venda e locação de aparelhos e equipamentos de medição, teste e controle; fabricação de equipamentos eletrônicos para a sinalização e alarme, segurança e controle de tráfego rodoviário, aéreo, ferroviário e marítimo. Além de filiais em São Paulo, Salvador, Uberlândia, Teresina, Campina Grande, São Luís, Manaus, Anápolis, Foz do Iguaçu, Curitiba, Castanhal, Santa Cruz do Sul, Curitiba, Aracaju e Novo Hamburgo, a Companhia possui filial na Colômbia e subsidiária no México, a qual tem o objetivo de manter a presença local para fomentar venda de produtos e manter o suporte técnico das operações.

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Novos contratos

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêlimento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de Reais - R\$)

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida		102.496	103.818	145.676	125.813
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(65.890)	(62.136)	(63.174)	(76.315)
Lucro Bruto		36.596	41.682	62.502	49.498
Despesas administrativas	24	(13.272)	(16.024)	(23.526)	(21.857)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(4.618)	(1.932)	(5.953)	(2.079)
Equivalência patrimonial	12	6.250	1.754	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		24.958	25.480	33.023	25.562
Resultado financeiro	26	(8.901)	(13.857)	(14.837)	(13.861)
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		16.057	11.623	18.186	11.701
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(3.873)	(2.280)	(6.000)	(2.911)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	91	(730)	88	(179)
Participação de não controladores		(2.052)	(474)	(2.051)	(472)
Lucro líquido do exercício		10.223	8.139	10.223	8.139
Resultado básico por ação	29				
(Valor do lucro por ação expresso em reais)		0,7374	0,5870	0,7374	0,5870
Por ação ordinária					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de Reais - R\$)

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		10.223	8.139	10.223	8.139
Outros resultados abrangentes					
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão		141	49	141	49
Resultado abrangente total		10.364	8.188	10.364	8.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da provisão IRPJ/CSLL	16.057	11.623	18.186	11.701
(-) Resultado atribuível a não controladores	(2.052)	(474)	(2.051)	(472)
Itens não operacionais				
Depreciação e amortização	11.434	7.966	25.522	21.293
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	4.481	3.447	7.224	5.963
Equivalência patrimonial	(6.250)	(1.754)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	804	945	1.915	945
Ajuste a valor presente	542	(822)	863	(1.132)
Perdas com recebíveis	682	119	685	142
Baixa de ativo intangível	1.217	1.393	1.219	1.383

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	1.572	8.157	(1.218)	(3.681)	4.831
Desenvolvimento novos projetos - concluído	27.508	82	(6.568)	3.681	24.703
Marcas e patentes	855	-	-	-	855
Softwares	1.279	262	(108)	-	1.433
	31.214	8.501	(7.894)	-	31.822

(a) O montante de R\$ 1.218 na linha de projetos em andamento corresponde a baixa efetuada na Controladora para aporte de capital na controlada Vtech referente a um projeto de novo segmento que será continuado por esta empresa.

iii) Movimentação da amortização (controladora)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - concluído	(15.881)	(5.008)	6.569	-	(14.320)
Marcas e patentes	(327)	(85)	-	-	(412)
Softwares	569	(180)	108	-	(641)
	(16.777)	(5.273)	6.677	-	(15.373)

iv) Composição do saldo (consolidado)

	2023		2022	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	14.015	-	14.015	3.848
Desenvolvimento novos projetos - concluído	28.173	(15.328)	12.845	13.767
Marcas e patentes	1.011	(426)	585	608
Softwares	1.470	(676)	794	717
	44.669	(16.430)	28.239	18.940

Os projetos em andamento referem-se ao desenvolvimento de novas tecnologias e produtos e possuem prazos estimados de conclusão para os próximos 12 meses. Estão diretamente ligados a expansão da tecnologia para geração de benefício futuro específico para o negócio da Companhia.

v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	3.848	16.057	(1.219)	(4.671)	14.015
Desenvolvimento novos projetos - concluído	29.979	92	(6.589)	4.671	28.173
Marcas e patentes	966	88	(43)	-	1.011
Softwares	1.316	262	(108)	-	1.470
	36.109	16.499	(7.939)	-	44.669

vi) Movimentação da amortização (consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - concluído	(16.212)	(5.685)	6.569	-	(15.328)
Marcas e patentes	(358)	(111)	43	-	(426)
Softwares	(599)	(185)	108	-	(676)
	(17.169)	(5.981)	6.720	-	(16.430)

15. Arrendamento mercantil

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização de direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento. A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. A Companhia aplicou à expectativa futura das obrigações ativas em 1º de janeiro de 2022 (18,17%) para todos os arrendamentos. O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos de Direito de Uso	6.243	2.861	7.126	2.913
Locação de imóveis	1.213	1.159	2.096	1.211
Locação de veículos	1.976	1.702	1.976	1.702
Locação de equipamentos	3.054	-	3.054	-
Passivos de arrendamentos	6.052	1.854	6.508	1.943
Circulante	731	918	1.187	1.007
Locação de imóveis	2.287	936	2.287	936
Locação de veículos	3.034	-	3.034	-
Locação de equipamentos	1.538	1.325	2.051	1.325
Não Circulante	363	333	876	333
Locação de imóveis	220	992	220	992
Locação de veículos	955	-	955	-
Locação de equipamentos	7.590	3.179	8.559	3.268

a) Movimentação dos saldos ativos:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	2.861	1.231	2.913	1.394
Adição por novos contratos	8.696	3.517	9.873	3.603
Baixa por encerramento de contratos	107	-	107	-
Despesa de amortização	(5.421)	(1.887)	(5.767)	(2.084)
Saldo em 31 de dezembro	6.243	2.861	7.126	2.913

b) Movimentação dos saldos passivos:

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	3.179	1.335	3.268	1.516
Juros provisionados	(1.746)	(529)	(2.033)	(564)
Juros pagos	1.618	529	1.737	564
Adição por novos contratos	10.451	3.983	11.915	4.164
Baixa por encerramento de contratos	(159)	-	(159)	-
Pagamentos	(5.753)	(2.139)	(6.169)	(2.412)
Saldo em 31 de dezembro	7.590	3.179	8.559	3.268

As demonstrações de resultado incluem os seguintes montantes relacionados aos arrendamentos (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação – Notas Explicativas nos 22 e 23):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso	(5.421)	(1.887)	(5.767)	(2.084)
Locação de imóveis	(1.151)	(1.175)	(1.497)	(1.372)
Locação de veículos	(1.557)	(712)	(1.557)	(712)
Locação de equipamentos	(2.713)	-	(2.713)	-
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	(1.618)	(529)	(1.737)	(564)
Os pagamentos de arrendamentos totalizaram	(7.039)	(2.416)	(7.504)	(2.648)

16. Fomecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	4.883	4.813	6.261	5.742
Fornecedores internacionais	-	-	265	211
Fornecedores intercompany (nota 19)	907	1.548	-	-
	5.790	6.361	6.526	5.953

17. Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Moeda	Natureza	Taxa (ao mês)	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Real	Leasing	1,24%-1,71%	196	720	196	720
Real	BRDE	4% - 7%	815	1.037	1.645	1.911
Real	Recuperação Extrajudicial	CDI - 0,99%	20.904	23.191	40.238	44.458
Real	(-) Ajuste a valor presente		(822)	(822)	(616)	(1.132)
			21.289	24.126	41.463	45.958
			4.321	2.877	8.349	4.862
			16.968	21.249	33.114	41.096

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante se dará da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	4.502	8.527	2024	8.556
2026	4.418	8.444	2025	8.527
2027	4.198	8.224	2026	8.444
2028	3.850	7.919	2027	8.371
	16.968	33.114	2028	7.198
				21.249
				41.096

a) Reestruturação financeira e alongamento das dívidas

A reestruturação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata no 138 de 23 de fevereiro de 2022) tem como estratégia buscar o equilíbrio entre o fluxo de investimento e o fluxo operacional, essencialmente pelo alongamento da dívida (empréstimos e financiamentos). As diretrizes para avançar o sucesso desta reestruturação estão suportadas por diversos aspectos, dentre os quais, destacamos os seguintes: (a) receita recorrente estável e em expansão com o cronograma de implantação; (b) novos negócios atrelados a novos projetos e extensão de contratos vigentes; (c) redução dívida x (geração de caixa operacional) aderente a práticas de mercado; (d) possibilidade de sindicalização da dívida; (e) renegociação individual/coletiva para alongamento da dívida; e (f) alternativa de capital próprio.

O processo foi estruturado em etapas, iniciando com as conversas da Administração junto as instituições financeiras, apoio de consultorias especializadas contratada, bem como as tratativas para melhorias de estrutura de capital de curto prazo até a adesão dos credores e homologação da recuperação extrajudicial com valores revisados por perito judicial e outorgado pelo juiz. A Companhia entrou com o pedido em 28 de abril de 2022 e teve seu pedido aceito pelo judiciário em 2 de maio de 2022. O Plano foi homologado em 5 de dezembro de 2022 conforme Ato do Juiz nº 0003055-96.2022.8.16.0185 com aprovação de 91,8% de todos os credores participantes da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. e sua controlada Velsis Indústria e Comércio S.A.. O pagamento de juros e amortizações relativos a esses credores ficaram suspensos entre a data do pedido e 30 de novembro de 2022. As condições do Plano homologado são lineares para todos os credores, considera novo prazo de 66 parcelas, carência de seis meses para pagamento do principal, sendo a primeira parcela em julho de 2023, e taxa de juros de CDI ou 0,99%. Os pagamentos foram realizados conforme cronograma até 31 de dezembro de 2023.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

i) Movimentação patrimonial (controladora):

Produto	Saldo em 01/01/2023	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2023
Leasing	720	-	(474)	(36)	(14)	196
Conta garantida	-	-	-	(21)	21	-
BRDE	1.037	-	(222)	(65)	65	815
Recuperação Extrajudicial	23.191	-	(2.185)	(2.893)	2.791	20.904
(-) Ajuste a valor presente	(822)	-	-	196	-	(626)
	24.126	-	(2.881)	(2.819)	2.863	21.289

Produto	Saldo em 01/01/2022	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Reclassificação Recuperação Extrajudicial	Saldo em 31/12/2022
Leasing	660	-	(79)	(43)	181	-	719
Capital de Giro	1.567	-	-	-	(96)	(1.470)	1
Conta garantida	2.020	-	(173)	(642)	662	(1.867)	-
Saldo negativo conta corrente	2.221	157	(1.685)	(712)	627	(608)	-
CCB	21.724	985	(5.146)	(824)	1.065	(17.804)	-
Cartão BNDES	359	-	(10)	-	13	(362)	-
BRDE	2.307	-	(339)	(124)	172	(978)	1.038
Recuperação Extrajudicial	-	-	-	(193)	294	23.089	23.190
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(822)	(822)
	30.858	1.142	(7.432)	(2.538)	2.918	(822)	24.126

ii) Movimentação patrimonial (consolidado):

Produto	Saldo em 01/01/2023	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2023
Leasing	720	-	(474)	(36)	(14)	196
Conta garantida	-	-	-	(21)	21	-
BRDE	1.037	-	(222)	(65)	65	815
Recuperação Extrajudicial	23.191	-	(2.185)	(2.893)	2.791	20.904
(-) Ajuste a valor presente	(822)	-	-	196	-	(626)
	24.126	-	(2.881)	(2.819)	2.863	21.289

Produto	Saldo em 01/01/2022	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Reclassificação Recuperação Extrajudicial	Saldo em 31/12/2022
Empréstimos com pessoas não ligadas	3.312	-	(504)	(113)	188	-	2.883
Leasing	660	-	(79)	(43)	182	-	720
Capital de Giro	13.055	-	(577)	(208)	791	(1.470)	11.591
Conta garantida	2.020	-	(173)	(642)	662	(1.867)	-
Saldo negativo conta corrente	2.221	157	(1.685)	(712)	627	(608)	-
CCB	28.567	985	(5.983)	(891)	1.920	(17.804)	6.794
Cartão BNDES	359	-	(10)	-	13	(362)	-
Debêntures	3.911	-	(4.050)	-	139	-	-
BRDE	3.173	-	(397)	(230)	344	(978)	1.912
Recuperação Extrajudicial	-	-	-	(432)	533	23.089	23.190
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(1.132)	(1.132)
	57.278	1.142	(13.458)	(3.271)	5.399	(1.132)	45.958

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos e do plano de reestruturação da dívida.

Compromissos ("covenants")

Os contratos de empréstimos, firmados com as respectivas instituições financeiras, não possuem cláusulas contratuais restritivas relacionadas aos covenants.

Em 22 de abril de 2022, houve o Distrito da Escritura de Emissão de Debêntures e, na mesma data, conforme Assembleia Geral de Debenturistas, houve a conversão das debêntures na Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A em 693.214 ações, ao valor de R\$ 4.050, conforme Boletim de Subscrição e 27ª Assembleia Geral Extraordinária.

O atingimento de metas vinculadas ao Edital e orçamento foram mantidos e estas metas estavam em consonância ao estabelecido no contrato para 31 de dezembro de 2022 conforme a proporcionalidade.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos	41.463	45.958
Caixa e equivalentes de caixa (-)	(27.233)	(26.291)
Dívida líquida	14.230	19.667
Total do patrimônio líquido	65.804	55.316
Total do capital	80.034	74.983
Índice de alavancagem financeira - %	18%	26%

A melhora no índice de alavancagem do período atual deve-se a principalmente a dois fatores: (i) homologação do reperfilamento da dívida (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos) em 2022 e (ii) o aumento do faturamento com a realização dos recebíveis, junto a melhor administração da caixa em 2023.

31. Eventos subsequentes

(i) Programa de Autorregulização

Em 8 de março de 2024, a Companhia e sua controlada Vsis homologaram a adesão ao programa da autorregulização junto a Receita Federal do Brasil conforme mencionado na nota explicativa 8 – Impostos. O montante do débito atualizado totaliza R\$

7.904 e deduzidos da multa e juros restam R\$ 6.378, dos quais, R\$ 4.932 na Controladora e R\$ 1.446 na controlada Vsis. Após a compensação na proporção de 50% através de prejuízo fiscal previsto no programa, o saldo remanescente de R\$ 3.189, dos quais R\$ 2.466 da Controladora e R\$ 723 da controlada Vsis, será quitado em 24 parcelas, com a primeira foi paga em 7 de março de 2024. A compensação dos valores registrados nas respectivas contas de impostos a recuperar ocorrerá na mesma proporção dos pagamentos efetuados. A redução integral de juros e multa serão efetivados após a homologação.

(ii) Evolução de contingências

Em fevereiro e março de 2024, foram publicadas decisões do STJ negando provimento aos recursos manejados pela Velsis referente à execução do título extrajudicial 2019.10500474 da 5ª Vara Cível de Aracaju movida pela Sales. Em 6 de março de 2024 foi proferida a decisão determinando que a Velsis efetue o pagamento do valor de R\$ 1.869 e R\$ 224 de honorários advocatícios. Em 18 de março de 2024 as partes estão em tratativas de acordo para pagamento do débito em três parcelas e com desconto de 20%. Esta contingência foi estimada pelos assessores jurídicos e provisionada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 1.700, conforme divulgado na Nota Explicativa no 20 – Provisão para Contingências.

Em 13 de março de 2024 foi deferido o parcelamento do débito decorrente de multa aplicada ao Consórcio LAV (do qual a Velsis não faz mais parte), referente ao Contrato TT-121/2015-00 - Lote 09 – PIAF -, nos autos de processo administrativo nº 50600.022756/2018-56. O valor será pago integralmente pela empresa líder, sem qualquer impacto para a Velsis. A provisão no montante de R\$ 698 foi constituída em dezembro de 2023 considerando avaliação dos assessores jurídicos internos (Nota Explicativa nº 20 – Provisão para Contingências).

(iii) Contas a receber

Em 19 de fevereiro de 2024 foi protocolado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas pedido de expedição de precatório (processo nº 0733745-66.2018.8.02.0001) no valor de R\$ 6.786, atualizado até janeiro de 2024, líquido dos honorários advocatícios, decorrente dos recebíveis de direito da controladora junto a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT, conforme divulgado na Nota Explicativa no 6 - Contas a receber.

GUILHERME GUIMARÃES ARAÚJO
Diretor Presidente

ARTHUR SÁ DE VILLEMOR NEGRÍ
Diretor Executivo

DANIELLA WOLFF CORDEIRO STINGLIN
Gerente Contábil e Fiscal

LUIZ CARLOS VALLE RAMOS
Diretor Financeiro

VALDIR JOSÉ MUNHOZ DE OLIVEIRA
Contador
CRC/ PR 034.807-O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e acionistas da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos

da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Marcello Palamartchuk

Contador CRC 1PR-049.038/O-9

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Segunda Alteração do Edital do Pregão Eletrônico
006/2024

Objeto: Registro de preços objetivando a eventual aquisição de ração para os animais do Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA), Lei Municipal nº 2132/2017 – Com itens de Ampla Concorrência, Cota Reservada e Cota Exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

1.Ficam alterados os descritivos de todos os itens constantes no item 1.2 do edital e do Termo de Referência.

2.As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governamentais endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br> e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

3.A nova data para a abertura da sessão pública será dia 16/4/2024 as 8h15m.

4.Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 2 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Retificação do Edital do Pregão Eletrônico 008/2024

Objeto: Registro de preços, objetivando a eventual aquisição de medicamentos para atender as demandas judiciais da Farmácia Municipal de Dois Vizinhos.

1. Em virtude da falta de publicação nos órgãos oficiais, fica alterado a data para abertura do certame.
2. A nova Data e Horário de Abertura dos Envelopes será a do dia 22 de abril de 2024 às 9 horas 00 minutos.
3. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 2 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

Objeto: Registro de Preços objetivando a eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção dos próprios públicos – Com cota reservada para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Ampla Concorrência.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 6

Tipo: Edital de Pregão Eletrônico

Data de início de recebimento de propostas: 3/4/2024

Data fim de recebimento de propostas: 17/4/2024 08h15min (horário de Brasília)

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 02 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO E OUTROS, NA ESTRADA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DOS POLONESES, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 952158/2023/MIDR/CAIXA.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Concorrência

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, inciso II.

Tipo: Concorrência Eletrônica

Data de início de recebimento de propostas: 3/4/2024

Data fim de recebimento de propostas: 18/4/2024 10h30min (horário de Brasília)

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 2 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA ESTADO PARANÁ

TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PROMOVA SHOWS COM O CANTOR EDUARDO COSTA PARA AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 64º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR.

A Agente de Contratação juntamente com a equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Sapopema torna pública a Inexigibilidade de Licitação, na forma do artigo Artigo 74 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal Nºs 57/2024 e 58/2023. **ADJUDICADA-EMPRESA:** EC13 PRODUÇÕES LTDA, **CNPJ:** 07.694.286/0001-00. **VALOR:** R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). **CONTRATO:** Nº 48/2024. **VIGÊNCIA:** Até 30 de setembro de 2024. **Paulo Maximiano de Souza Junior-Prefeito Municipal.** Sapopema, 02 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

Objeto: Aquisição de máquinas com recursos do Convênio nº 942133/2023, firmado com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 6

Tipo: Edital de Pregão Eletrônico

Data de início de recebimento de propostas: 3/4/2024

Data fim de recebimento de propostas: 17/4/2024 08h15min (horário de Brasília)

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 02 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito



CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONDOMÍNIO PAYSAGE MARANELLO

Na qualidade de Incorporadora e Construtora do "CONDOMÍNIO PAYSAGE MARANELLO", a ESCORSIN KLOSS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e SMM KLOSS EMPREENDIMENTOS LTDA., vem através desse edital e comunicado, CONVOCAR o(a)s senhor(es)(as) condômino(s) a participar(em) da Assembleia Geral Ordinária de Entrega e Implantação do Condomínio, que ocorrerá de forma REMOTA (online), no dia **17 de abril de 2024** em **primeira convocação às 18h30min** com a participação de 50% (cinquenta por cento) dos condôminos ou às **19h00 em segunda convocação** com qualquer número de condôminos, através da plataforma online Zoom, com acesso pelo link: <https://us02web.zoom.us/j/84345271024?pwd=RzJ4RnBvYkZlZlVlOGVlTldkT1JmOT09> ID 843 4527 1024 e senha de acesso 668600 para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Entrega das Obras das Áreas Comuns do Condomínio
2. Eleição do Síndico
3. Eleição do Conselho Consultivo Fiscal
4. Deliberação e Aprovação de Remuneração do Síndico
5. Aprovação de Previsão Orçamentária para fixação da taxa de condomínio;
6. Aprovação da data de vencimento da taxa de condomínio
7. Eleição da Administradora de Condomínio e Remuneração dos Serviços
8. Eleição da Comissão de Obras

O condômino poderá ser representado por procuradores com fins específicos, sendo que, se o instrumento de procuração for particular, e por assinatura física, deverá ter reconhecida a firma do outorgante, e se for por assinatura digital, deverá ser por certificado reconhecido pelo Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil. A procuração deve ser encaminhada antecipadamente até o início da Assembleia no seguinte endereço eletrônico: sac@paysage.com.br.

O condômino interessado em se candidatar para Síndico ou para Conselheiro, deverá manifestar sua intenção até 02 (dois) dias antes da Assembleia, informando o nome completo e a unidade que é proprietário, encaminhando a candidatura para o sac@paysage.com.br

É muito importante a sua participação, não só pela relevância dos assuntos que serão tratados, mas também porque as decisões tomadas deverão ser cumpridas por todos, até mesmo por aqueles que não participarem da assembleia.

Aos condôminos que tiverem dúvidas, deverão entrar em contato pelo sac@paysage.com.br

Contamos com sua presença.

Curitiba, 01 de abril de 2024

ESCORSIN KLOSS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
SMM KLOSS EMPREENDIMENTOS LTDA.

www.paysage.com.br /paysage.empreendimentos

A melhor relação
custo x benefício
em publicidade legal
está no
Bem Paraná



BANCO SENFF S.A.

CNPJ 11.970.623/0001-03 - CURITIBA - PARANÁ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco Senff -Empresas - Uma das principais estratégias adotadas foi a ampliação da força de vendas por meio do canal de distribuição e originação de negócios através de "Escritórios Parceiros", devidamente certificados como Correspondentes Bancários. Este canal, que representa 40% das originações e liberações de crédito, complementou os esforços de nosso time próprio de Gerentes Comerciais Pessoa Jurídica, especialistas e certificados nas regulamentações da ANBIMA, responsáveis pelos restantes 60%. Além disso, como parte de nossa estratégia de diversificação de produtos e serviços, introduzimos novas linhas de crédito, incluindo as linhas de FGI do BNDES e Antecipação de Fornecedores, entre outras. Essas iniciativas contribuíram para um aumento significativo em nossa carteira de crédito Pessoa Jurídica, que fechou o exercício de 2023 em R\$252 milhões, representando 83% de nossa carteira própria. Também demos passos significativos em direção às práticas de responsabilidade social e ambiental, incorporando questionários sociais, ambientais e climáticos em todas as nossas análises de crédito para garantir que nossas operações estejam alinhadas com nossas políticas ESG. Além disso, mantivemos um rígido controle de riscos e uma governança eficaz, com todas as operações passando por análises e comitês de crédito liderados por diretores e executivos do Grupo Senff. Para 2024, estamos focados em expandir ainda mais nossa carteira de crédito, concentrando-nos em linhas com garantias sólidas e agregando valor aos nossos

clientes e parceiros comerciais. Com um olhar para o futuro, continuaremos a apoiar projetos que impulsionem o crescimento econômico do país, contribuindo para a criação de empregos e o aumento da renda. Em suma, 2023 foi um ano marcante para o Banco Senff, e estamos ansiosos para continuar nossa jornada de sucesso e crescimento sustentável em 2024 e além.

Desenvolvimento humano - Em 2023, o Grupo Senff avançou nas melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, concluindo 67% das iniciativas planejadas, mantendo um cronograma para finalizar os 33% restantes em 2024. Além disso, o Grupo Senff continuou seu apoio a instituições sociais, impactando mais de 4.000 pessoas em situação de vulnerabilidade através de parcerias com organizações como "Gerando Falcões" e "Raiz Nova". No aspecto ambiental, o Grupo Senff reduziu seus resíduos em 11% após a implementação da coleta seletiva e recebeu o Selo Clima Paraná Categoria A por seus esforços na redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, iniciou o apoio ao projeto Tampinha Solidária e Tampinhas Legais, contribuindo para ações sociais e ambientais. Em termos sociais, o Grupo Senff impactou mais de 3.000 famílias por meio de campanhas de doações, programas de voluntariado e projetos educacionais, como o "Senffer Coletividade" e o projeto "Aprender Sombra", visando a capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho. Além disso, o Grupo Senff fortaleceu sua governança corporativa, implementando políticas internas alinhadas com sua Política

de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR-SAC), e promovendo treinamentos para colaboradores, resultando em um aumento de 40% no número de colaboradores capacitados. Por fim, em 2023, o Grupo Senff celebrou a conquista do 3º Selo Great Place to Work, destacando seu compromisso contínuo em proporcionar um ambiente de trabalho excepcional. Essas iniciativas refletem o compromisso do Grupo Senff em promover o desenvolvimento sustentável e contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente.

Conta Corrente - Em dezembro de 2023, atingimos um marco significativo com a abertura de 290 mil contas correntes para pessoas físicas. Essas contas proporcionam aos nossos clientes a conveniência de realizar transações através do nosso aplicativo, com facilidade e segurança, incluindo serviços como Pix, recarga de celular, pagamento de contas e muito mais. Além disso, nossos clientes têm acesso a facilidades como cheque especial e cartão de crédito, ampliando ainda mais suas opções de uso e benefícios. Estamos comprometidos em oferecer soluções financeiras inovadoras e acessíveis para atender às necessidades de nossos clientes e proporcionar-lhes uma experiência bancária completa e satisfatória.

Inovação - É com entusiasmo que anunciamos o lançamento de uma nova funcionalidade para nossos clientes: a opção de INVESTIMENTOS diretamente em nosso aplicativo. A partir de agora, os clientes têm a conveniência de investir, consultar e resgatar suas aplicações de forma rápida e fácil, tudo através do aplicativo móvel.

Esta nova opção foi lançada em fevereiro de 2024, e representa mais um passo em nosso compromisso de oferecer soluções financeiras acessíveis e inovadoras para nossos clientes. Estamos confiantes de que essa adição proporcionará ainda mais praticidade e comodidade aos nossos usuários, permitindo-lhes gerenciar seus investimentos de forma eficiente e acompanhar seu progresso financeiro a qualquer momento e em qualquer lugar.

Agradecimentos - A medida que concluímos este relatório da administração para as demonstrações financeiras, gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todos os envolvidos em tornar possível mais um ano de conquistas e crescimento. Em nome da administração, gostaríamos de estender nossos sinceros agradecimentos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros por sua confiança contínua e apoio ao longo do último período fiscal. Este relatório reflete não apenas nossas realizações financeiras, mas também o compromisso inabalável do Banco com a transparência, integridade e excelência em todas as áreas de nossa operação. A medida que enfrentamos desafios e celebramos triunfos, reiteramos nosso compromisso em manter os mais altos padrões de governança corporativa e práticas empresariais éticas em tudo o que fazemos.

Curitiba, 28 de março de 2024.

Leopoldo de Paula Senff
Presidente

Balanco Patrimonial do exercicio findo em 31 de dezembro de 2023. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Disponibilidade				Depósitos			
Disponibilidades	4	72.210	28.410	Depósitos	12	386.079	200.621
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				Recursos de Aceite Cambial			
Ralações Interfinanceiras	5	64.125	29.277	Recursos de aceite cambial	12	63.133	71.380
Títulos e Valores Mobiliários	6	71.217	-	Outras Obrigações			
Operações de crédito				Fiscais e previdenciárias	13	5.028	471
(-) Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	327.331	253.704	Cobrança e arrec. de tributos e assemelhados	13	600	647
	7	(26.825)	(13.708)	Outras contas a pagar	14	24.084	15.460
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições				Provisões para contingências	14	836	1.245
Ativo fiscal corrente e diferido	8	20.373	12.907				
Outros créditos				Patrimônio Líquido			
Pagamentos a ressarcir	9	29.836	28.765	Capital social	15	88.678	67.759
Devedores por depósitos em garantia				Reservas legal			
(-) Provisão para outros créditos				Reserva expansão			
Devedores diversos							
Ativo Permanente				Total Passivo e Patrimônio líquido			
Intangível	11	10.001	7.757				
Total Ativo		568.438	357.583				

(As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
(+) RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	75.788	187.639	125.233
Operações de Crédito		41.368	82.248	78.271
Rendas De Aplicações Interfinanceiras De Liquidez		8.199	13.542	4.417
Rendas De Prestação De Serviços		1.517	3.153	3.567
Outras Receitas Operacionais		24.684	88.696	38.978
(-) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	(49.053)	(100.893)	(72.964)
(-) Despesas De Captação		(26.059)	(50.927)	(29.931)
(-) Desp. Com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(159)
(-) Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais		(22.994)	(49.966)	(42.874)
(=) Resultado Bruto da intermediação financeiras		26.715	86.746	52.269
(+/-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	17	(16.019)	(74.771)	(45.189)
(-) Despesas Administrativas		(12.796)	(26.356)	(27.107)
(-) Outras Despesas Operacionais		(3.223)	(48.415)	(18.082)
(=) Resultado Operacional		10.696	11.975	7.080
Resultado Não Operacional	18	(14)	(33)	12
(=) Resultado antes da trib. s/lucro e participações		10.682	11.942	7.092
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferido	19	(2.463)	467	868
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		8.219	12.409	7.960
Lucro por Ação - em R\$		0,12	0,18	0,16

(As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Aumento de capital	Reserva Legal	Reserva para Expansão	Lucros Acumulados	Total Geral
Saldo em 1º de janeiro de 2022	50.000	-	1.557	9.742	-	61.299
Lucro líquido	-	-	-	-	7.960	7.960
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Proposta para reserva legal	-	-	398	-	(398)	-
Proposta para reserva para expansão	-	-	-	6.062	(6.062)	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.000	-	1.955	15.804	-	67.759
Mutação do exercício	-	-	398	6.062	-	6.460
Saldo em 1º de janeiro de 2023	50.000	-	1.955	15.804	-	67.759
Lucro líquido	-	-	-	-	12.409	12.409
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Proposta para reserva legal	-	-	621	-	(621)	-
Proposta para reserva para expansão	-	-	-	9.788	(9.788)	-
Aumento de capital com absorção de reserva	20.000	(4.510)	-	(15.490)	-	-
Aumento de capital com integralização	-	10.510	-	-	-	10.510
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.000	6.000	2.576	10.103	-	88.678
Mutação do exercício	20.000	6.000	621	(5.701)	-	20.919
Saldo em 30 de junho de 2023	65.490	4.510	2.165	3.295	-	75.460
Lucro líquido	-	-	-	-	8.219	8.219
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Proposta para reserva legal	-	-	411	-	(411)	-
Proposta para reserva para expansão	-	-	-	6.808	(6.808)	-
Aumento de capital	4.510	(4.510)	-	-	-	-
Aumento de capital com integralização	-	6.000	-	-	-	6.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.000	6.000	2.576	10.103	-	88.678
Mutação do semestre	4.510	1.490	411	6.808	-	13.218

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Senff S.A., constituído como sociedade anônima fechada e controlada pela família SENFF, é uma instituição financeira com sede na Avenida Senador Souza Naves, 1240, no bairro Cristo Rei em Curitiba, PR, registrado sob o CNPJ 11.970.623/0001-03. Fundado em 2010 como antiga Senff S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, o banco passou por uma mudança significativa em seu objeto social, tornando-se um banco múltiplo com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, sob a denominação Banco Senff S.A., aprovada pelo Banco Central em 2020.

As operações do Banco Senff S.A. são conduzidas em conjunto com outras instituições do Grupo Senff, incluindo Instituição de Pagamento, TI, Call-Center e Loja Virtual.

O banco atende clientes em diversas regiões do país e oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros, com foco em empréstimos, financiamentos, investimentos e, desde 2021, com ênfase na operação do produto Conta Corrente. Integrante de um Conglomerado prudencial, o Banco Senff faz parte do grupo liderado pela Senffnet Instituição de Pagamento Ltda., junto com o Fundo de Investimentos - Credifix. No primeiro semestre de 2023, o Banco Senff adquiriu cotas do Fundo de Investimentos.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Banco Senff S.A., aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 que respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu

pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC - Pronunciamentos Contábeis (IFRS)	BACEN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21

Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Plano de implementação detalhado na NE 27.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

POLÍTICAS CONTÁBEIS

i. Estimativas Contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registros de estimativas contábeis. A administração do Banco Senff, utilizou julgamentos, estimativas e premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem apresentar diferenças das estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas da seguir:

- Avaliação de carteira de crédito, para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Avaliação de contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões;
- Estudos técnicos para realização de créditos tributários.

ii. Moeda Funcional - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real

(R\$), que é a moeda funcional do Banco Senff. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

iii. Caixa e equivalente de caixa - São representadas por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

iv. Título e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários detidos pelo Banco Senff, são registrados e avaliados de acordo com o disposto na Circular Bacen nº 3.068/01, conforme abaixo:

a) Títulos para negociação: Na categoria para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado.

b) Títulos mantidos até o vencimento: Na categoria mantidos até o vencimento, são registrados os títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado.

c) Títulos disponíveis para venda: Na categoria disponíveis para venda, são registrados os títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

v. Outros ativos circulantes e não circulantes - Outros Ativos Circulante e Não Circulante estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

vi. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros - Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- a)** Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 - Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

b) Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/(despesas) são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
- Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

vii. Imobilizado - Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Banco por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por impairment, quando aplicável. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais;

Item	Taxa Depreciação a.a.
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Móveis e Equipamentos de Uso	10%

Para os imobilizados adquiridos usados, a depreciação é calculada de acordo com o restante da vida útil, considerando para cálculo à primeira instalação para utilização.

viii. Intangível - São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de software e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como ação ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto ao impairment anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

21. Cessão de Títulos de Créditos

Descrição	31/12/2023	Receita	31/12/2022	Receita
Fundo de Investimento CrediFix	76.464	3.341	151.981	5.315
Verde Card	404.300	1.333	887.570	3
Big Card	-	-	5.458	83
Verde Card (a)	43.491	1.706	18.348	1.029
Total	524.255	6.380	1.063.357	6.430

Conforme estratégia operacional da instituição algumas carteiras podem ser cedidas, tal operação é realizada pelo valor das operações atualizadas até a data de venda acrescidas de juros futuros. São cedidas com transferência total de direitos e consequentemente dos riscos e inadimplências a partir da data de assinatura do termo de cessão, conforme negociação firmada na respectiva negociação. Após cessão os contratos são liquidados e as provisões são revertidas.

a) Venda Carteira

No segundo semestre de 2023, realizamos uma cessão junto a VerdeCard, parte da carteira que inclui títulos já baixados como prejuízo, vencidos a mais de 360 dias. Esses títulos totalizaram aproximadamente 43 milhões de reais e a compra foi concluída pelo valor de R\$ 1.706 (em milhares). O pagamento foi realizado com recursos imediatamente disponíveis.

Ordem	Contas	Operação de Cessão	Valores	Observações
1	Compensação Ativo	Operação de Crédito Baixas como Prejuízo	(43.491)	Baixa conta de Compensação
1	Compensação Passivo	Operação de Crédito Baixas como Prejuízo	43.491	Baixa conta de Compensação
2	Ativo	A Receber	1.706	Constituição do Contas a Receber, liquidado em dezembro
2	Resultado	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(43.491)	Apuração do Resultado da Cessão, Conta de Resultado
2	Resultado	Deságio de Cessão	41.785	Apuração do Resultado da Cessão, Conta de Resultado

22. Resultado Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição de pagamento e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Foi considerada como resultado não recorrente a majoração da Aliquotas de CSLL nº 1.115/22.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do Período	12.409	7.738
(-) Resultado Não Recorrente	-	(100)
Majoração da alíquota de CSLL - MP nº 1.115/22	-	(100)
Total	12.409	7.638

23. Seguros

O Banco adota como política contratar seguros, em especial o predial, de forma

global pelo grupo, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Gestão de Riscos

O Banco Senff tem o compromisso de gerenciar seus riscos de forma eficaz, compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, garantindo assim a segurança dos ativos e a sustentabilidade de suas operações. Com base na Resolução 4.553 de 30 de janeiro de 2017 que estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco Senff está enquadrado na categoria de Segmento 4 (S4).

O Banco Senff possui uma estrutura de gerenciamento de riscos segregada da unidade de negócios e auditoria interna para executar as atividades de gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital, conforme Resolução BCB nº 265 de 25/11/22.

O Banco dispõe de normas e procedimentos para atender às determinações legais, regulamentares e às melhores práticas de mercado e das diretrizes estabelecidas nas políticas internas. Essas estruturas de gerenciamento são resumidas como:

Risco de crédito

A política de crédito do Banco Senff considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Mensalmente a estrutura de riscos de crédito monitora os níveis de concentração, produção e inadimplência, medindo seus impactos no resultado da Companhia

Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, contudo o Banco Senff não possui exposições classificadas na carteira de negociação.

Risco de variação das taxas de juros (IRRRB)

O IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book) é o risco atual ou prospectivo que resulta do impacto de movimentos adversos nas taxas de juros sobre o capital e os resultados da Instituição financeira, quanto ao descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas e indexadores das exposições classificadas na carteira bancária.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional do Banco Senff é realizada de forma constante e

tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente.

Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que o Banco Senff está exposto.

Risco de liquidez

É o risco de o Banco Senff não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo operado diariamente pela área de Tesouraria e monitoramento pela área de riscos.

O Banco Senff dispõe de um Plano de contingência que assegura procedimentos e responsabilidades a serem adotadas em ocorrência de insuficiência de Liquidez, no intuito de blindar a capacidade da Instituição de honrar com suas obrigações financeiras.

Risco Social, Risco Ambiental e Risco Climático

O gerenciamento de riscos ambientais, sociais e climáticos é essencial para operar de forma sustentável e responsável. Isso envolve identificar e avaliar riscos e impactos potenciais das atividades da Instituição no meio ambiente, na sociedade, na mudança climática, e com isso implementar medidas para mitigá-las. A Instituição implementou um comitê ESG composto por 12 membros de diferentes áreas relevantes para o conjunto de frentes de negócios do conglomerado.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital realizado pela Instituição é determinado pelo processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco Senff, pela avaliação da necessidade de capital perante a exposição aos riscos já assumidos e ao planejamento de metas, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir a estabilidade financeira e a proteção dos credenciados de forma segura e sustentável. Realizamos essa tarefa através da avaliação contínua dos riscos enfrentados pela Instituição, adotando medidas para mitigar esses riscos. Isso pode envolver a implementação de políticas de gerenciamento de riscos mais robustas, a redução da exposição a certos tipos de risco, ou a diversificação de atividades para reduzir a dependência de um único tipo de negócio ou fonte de receita. As necessidades futuras de capital regularmente é planejada através das projeções de crescimento da Instituição, levando em consideração a exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	R\$ 113.977.384,48
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	R\$ 1.015.657.472,36
Índice de Basileia	11,2%
Índice de Basileia + IRRBB	10,2%

Valores expressos em R\$ (reais)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas do
BANCO SENFF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do BANCO SENFF S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BANCO SENFF S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil –BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ativo fiscal diferido

Conforme descrito na nota explicativa nº 08 das demonstrações contábeis, existem em 31 de dezembro de 2023 ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias registrados no ativo não circulante, no valor de

R\$ 19.755 mil, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização do crédito tributário foi elaborada pela diretoria do Banco de acordo com estudo do cenário atual e futuro, utilizando fundamentos de indicadores financeiros e como fonte principal de geração de novas receitas, lançamento de produtos para diversificação de linhas de serviços. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como foram aprovados pela governança. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela

avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas,

25. Ouvidoria

Instituída nos moldes da Resolução 4.860/2020, e conforme política que rege as regras e diretrizes para o funcionamento da Ouvidoria cabe à está de maneira transparente, independente, e imparcial, prestar atendimento de última instância às demandas do público que forem recepcionadas e não foram solucionadas nos canais de atendimento primário, assim considerados o atendimento habitual realizado nos pontos ou canais de atendimento iniciais. Podendo abranger demandas não recepcionadas pela central de atendimento, órgãos Públicos ou Privados, e demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, atuando como um canal de comunicação entre a entidade e os consumidores de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. O Canal de Ouvidoria tem proporcionado significativa melhoria na gestão do atendimento e no processo de relacionamento com clientes e usuários, constituindo também importante instrumento de avaliação e de gestão institucional.

26. Eventos Subsequentes

Em novembro de 2023, o Banco submeteu ao Bacen pedido de aumento de capital para R\$ 76.000 (setenta e seis milhões de reais), o aumento de R\$ 6.000 (seis milhões de reais), é composto por aporte dos acionistas. O pedido foi deferido em 26 de fevereiro de 2024.

27. Outras Informações

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 4.966/21:

Conforme estabelecido no Artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Senff S.A. elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. É importante mencionarmos que normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 estão pendentes de emissão pelo órgão regulador, principalmente referente ao modelo simplificado de Perda Esperada a ser definido para as Instituições classificadas como S4, como no caso do Banco. Dessa forma, os macros planos de ação e cronograma, foram desenvolvidos baseados nas seguintes fases:

Cronograma de Adequação	Previsão
Simulação de impacto metodologia simplificada	Abr./24
Ajustes E Desenvolvimento De Sistemas Para A Classificação/ Mensuração Dos Instrumentos Financeiros	Ago./24
Parametrização Dos Sistemas	Set./24
Revisão De Controles Internos, Treinamento E Homologação	Out./24
Implementação Em Produção	Jan./25
Monitoramento Pelo Compliance	Jan./25

Pollyana Fernandes Pereira
Contador/ CRC 071351/O PR

Jacqueline Jussara Lange Pereira
Diretora Controladoria



SOLUÇÕES DE SEGURANÇA PARA O SEU PATRIMÔNIO.



ALARME E IMAGEM

ALARME - CÂMERAS - PROTEÇÃO GARANTIDA

RASTREAMENTO

RASTREAMENTO VEICULAR - GESTÃO DE FROTA BUSINESS

PORTARIA ELETRÔNICA

PORTARIA REMOTA - PORTARIA VIRTUAL - CONTROLE DE ACESSO

CAPITAL HUMANO

VIGILÂNCIA HUMANA - VIGIA - SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA - BRIGADA DE INCÊNDIO
ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ALARME 365

ALARME

(11) 4020.4411 0800 648 6600 orsegups.com.br

HÁ MAIS DE 30 ANOS ZERANDO A INADIMPLÊNCIA
EM CONDOMÍNIOS DE TODO O BRASIL.

ENCONTRE UMA DUPLIQUE PERTO DE VOCÊ E
SOLICITE NOSSA PROPOSTA SEM COMPROMISSO.

ACESSE AGORA
ATRAVÉS DO
QR CODE



DUPLIQUE
condomínios

Condomínios
Garantidos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
PARANÁ**

Secretaria Municipal de Administração

Aviso de Licitação**Pregão Eletrônico nº 040/2024
Sistema de Registro de Preços**

OBJETO: Aquisição de adubo orgânico e mudas de hortaliças e de ervas condimentares. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **VALOR MÁXIMO:** R\$261.717,40 **ABERTURA DA SESSÃO:** dia 16/04/2024, às 09h00min. (horário oficial de Brasília) no site <http://www.bnc.org.br> - BNC Compras. **Edital:** Estará disponível aos interessados, nos sites <http://www.bnc.org.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 03/04/2024 ao dia 15/04/2024. **Informações:** poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: juliana.caliari@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99268-9054, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 02/04/2024.

**Pregão Eletrônico nº 041/2024
Sistema Registro de Preços**

Objeto: Aquisição de material de limpeza e assepsia hospitalar, para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência. **Tipo de Licitação:** Menor Preço. **Valor Máximo:** R\$ 715.809,37 (setecentos e quinze mil, oitocentos e nove reais e trinta e sete centavos). **Data de Início Recebimento das Propostas:** 03/04/2024. **Abertura da Sessão:** dia 16/04/2024, às 09:30 horas (horário oficial de Brasília) no site www.gov.br/compras - Portal de Compras do Governo Federal. **Edital:** Estará disponível aos interessados, nos sites www.gov.br/compras, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 03/04/2024 ao dia 15/04/2024. **Informações:** poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: giselem@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99271-4065, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 02/04/2024

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S/A
CNPJ nº 02.725.300/0001-63 - NIRE 41.300.016.348**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam as acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S/A, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2024, às 9:00 horas, de forma remota e exclusivamente **digital**, nos termos da Instrução Normativa No. 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, alterada de tempos em tempos ("IN DREI 81/20"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Paranaguá, 25 de março de 2024. **Paulo Meneguetti** - Diretor Presidente. **Informações Gerais.** Poderão participar da Assembleia ora convocada, as acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia no dia da realização da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores. A este respeito, nos termos do art. 15º do Estatuto Social da Companhia, e do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, a acionista poderá ser representada na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, membro da administração da Companhia ou advogado licenciado no Brasil. Nos termos IN DREI nº 81/2020, a Companhia solicita que as acionistas apresentem até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, os seguintes documentos: (1) cópia da identidade de seu representante legal, cópia dos atos societários relevantes que comprovem a representação legal, incluindo, mas não se limitando a: (1.a) o contrato social ou estatuto social; (1.b) o ato societário de eleição dos administradores que comparecerem à Assembleia na qualidade de representante da acionista, e/ou (1.c) cópia da procuração outorgada a terceiro para representar a acionista. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: Carteira de Identidade Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, ou carteiras funcionais expedidas por órgãos da administração pública, desde que contenham a fotografia do titular. A Assembleia será realizada de forma remota e exclusivamente digital, não sendo adotado o sistema de boletim de voto à distância. As vias digitalizadas dos documentos necessários à participação na Assembleia deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço eletrônico: PASA@PASAPARANAGUA.COM.BR. Após o recebimento dos documentos acima mencionados, a Companhia entrará em contato com a acionista solicitante para informar os procedimentos de acesso à Assembleia, por meio de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams.

SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E AUXILIARES DE TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ**SINFITO-PR**Carta Sindical registrada no Ministério do Trabalho - Livro 110 - folha 043 - ano 1988
CÓDIGO 012.000.49527-5**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - SINFITO-PR (CÓDIGO 012.000.49527-5), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas (art. 31 do Estatuto Social), **convoca Assembleia Geral Extraordinária de toda a categoria profissional**, que será realizada no dia 09 de abril de 2024, às 19h00 em primeira convocação e às 19h30 em segunda convocação¹ respectivamente, no Auditório do Edifício Curitiba Prime Center, localizado na Rua Petit Carneiro, nº 1122, bairro Água Verde, CEP: 80240-050, Curitiba, Estado do Paraná, devendo ser examinado e deliberado a forma de descontos em favor do Sindicato das contribuições assistenciais, sindicais e mensais nos moldes previstos em CLT.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

WOLDIR WOSIACKI FILHO
Presidente

1 Não sendo atingido o "quorum" de comparecimento previsto no art. 612, da CLT, para realização dos atos em primeira convocação, será obedecido ao "quorum" de comparecimento ora previsto no Estatuto, realizando-se a Assembleia Geral Extraordinária, com qualquer número de profissionais presentes.

Rua Petit Carneiro, 1122 - Conjunto 403 - Curitiba Prime Center - Água Verde - Curitiba/PR - 80240-050 FONE: (41) 3027-2066 - (41) 99937-7706 - E-mail: sinfito@sinfito.org.br

PUBLICIDADE LEGAL

Edição impressa

Seu leão pode colorir a
vida de muitas crianças**Doe seu Imposto de
Renda para o Hospital
Pequeno Príncipe**ATÉ
31/5Que tal fazer uma **doação** para **projetos sociais** em vez de pagar **Imposto de Renda**? Parece interessante, né?Muita gente não sabe dessa oportunidade, mas é possível **apoiar** instituições filantrópicas, como o **Hospital Pequeno Príncipe**, de forma **fácil e sem custo**.Leia o QR code ao lado ou acesse
nosso site e veja como doar, direto na
declaração, **até 31 de maio**.doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886 (41) 99962-4461

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES
LEGAIS COM PONTUALIDADE E
TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO
A SEGURANÇA JURÍDICA.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.**cenp**
Fórum da
Autorregulação
do Mercado
Publicitário**ANJ** ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS**abra**
legal
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS
ESPECIALIZADOS EM
PUBLICIDADE LEGAL**adJORIBR**
JORNAL DO INTERIOR

Rumo S.A.

CNPJ nº 02.387.241/0001-60
Relatório da Administração

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apresentação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Rumo S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demais informações encontram-se à disposição dos Acionistas na Sede Social e no site de relações com investidores da Companhia (ri.rumolog.com). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)						Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais - R\$)					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos						Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	3.114.042	2.169.335	7.233.993	7.385.421	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	110.723	99.769	1.356.905	1.357.026
Títulos e valores mobiliários	5.3	228.496	88.934	1.396.107	840.061	Passivos de arrendamento	5.6	11.812	11.597	509.421	483.397
Contas a receber de clientes	5.4	41.958	52.644	538.457	561.641	Instrumentos financeiros derivativos	5.8	327.250	391.938	821.700	1.020.726
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	—	—	26.252	17.545	Fornecedores	5.7	119.653	64.155	887.745	746.430
Estoques	5.10	1.502	1.606	215.605	225.813	Ordenados e salários a pagar	—	12.574	4.490	318.550	296.833
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	120.761	125.978	58.597	49.995	Imposto de renda e contribuição social correntes	—	4.285	146	23.446	6.710
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	—	13.330	—	156.640	195.436	Outros tributos a pagar	5.13	24.390	16.645	77.989	50.080
Outros tributos a recuperar	5.9	30.254	21.230	356.698	363.416	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	176.258	127.569	180.337	132.044
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	—	260.653	921	—	1.057	Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	—	—	250.971	256.759
Outros ativos	—	35.651	13.570	269.481	114.510	Pagáveis a partes relacionadas	4.1	146.099	62.184	269.997	297.791
Ativo circulante	—	3.846.647	2.474.218	10.251.830	9.754.895	Receitas diferidas	—	—	2.802	2.564	5.400
Contas a receber de clientes	5.4	—	—	17.840	16.682	Outros passivos financeiros	5.1	8.584	76	342.276	787.884
Caixa restrito	5.3	78	79	109.671	92.770	Outras contas a pagar	—	194.291	70.699	435.636	249.341
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	—	147.449	152.857	342.117	309.237	Passivo circulante	—	1.135.919	852.070	5.477.537	5.690.421
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	—	—	1.869.877	1.869.764	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	6.917.100	4.893.120	17.607.936	15.401.062
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	3.326	1.003.326	36.929	96.658	Passivos de arrendamento	5.6	33.307	38.067	2.897.422	2.770.613
Outros tributos a recuperar	5.9	—	—	838.072	741.367	Fornecedores	5.7	—	—	197.186	—
Depósitos judiciais	5.15	65.234	61.124	271.666	237.167	Instrumentos financeiros derivativos	5.8	—	—	650.095	392.219
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	912.643	384.224	1.535.241	857.298	Outros tributos a pagar	5.13	—	—	21	169
Outros ativos	—	10.647	1.755	60.043	38.660	Provisão para demandas judiciais	5.15	105.029	93.605	767.468	724.622
Investimentos em controladas e coligadas	5.11	20.649.761	18.721.831	360.867	381.469	Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	—	—	3.314.402	3.094.651
Propriedades para investimentos	5.12.1	—	174.422	—	—	Provisão para passivo descoberto	5.11	2.373.532	2.204.666	—	—
Imobilizado	5.12.2	506.390	153.295	19.176.386	17.049.188	Pagáveis a partes relacionadas	4.1	4.733	37.344	—	—
Intangíveis	5.12.3	235.697	270.748	6.664.143	6.774.306	Outros passivos financeiros	5.1	—	—	—	29.985
Direito de uso	5.12.4	40.987	48.103	7.703.754	7.732.284	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	168.975	113.247	2.393.393	2.368.137
Ativo não circulante	—	22.572.212	20.971.764	38.986.606	36.196.850	Receitas diferidas	—	—	10.507	19.129	32.200
Total do ativo	—	26.418.859	23.445.982	49.238.436	45.951.745	Outras contas a pagar	—	8.912	12.187	42.792	37.216
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras						Passivo não circulante	—	9.611.588	7.402.743	27.889.844	24.850.874
Demonstrações de resultados do exercício (Em milhares de Reais - R\$)						Total do passivo	—	10.747.507	8.254.813	33.367.381	30.541.295
						Patrimônio líquido	5.17	—	—	—	—
						Capital social	—	12.560.952	12.547.842	12.560.952	12.547.842
						Ações em tesouraria	—	(118.577)	(30.186)	(118.577)	(30.186)
						Reservas	—	3.191.989	2.637.536	3.191.989	2.637.536
						Ajustes de avaliação patrimonial	—	36.988	35.977	36.988	35.977
						Patrimônio líquido atribuível aos:	—	15.671.352	15.191.169	15.671.352	15.191.169
						Acionistas controladores	—	15.671.352	15.191.169	15.671.352	15.191.169
						Acionistas não controladores	5.11	—	—	199.703	219.281
						Total do patrimônio líquido	—	15.671.352	15.191.169	15.871.055	15.410.450
						Total do passivo e patrimônio líquido	—	26.418.859	23.445.982	49.238.436	45.951.745
						As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras					
						Demonstrações do valor adicionado (Em milhares de Reais - R\$)					

★ continuação																		
Rumo S.A.																		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais - R\$)																		
Atribuível aos acionistas da Companhia																		
	Ações em	Reserva	Reserva	Ajustes de	Resultados		Participação de	Total do										
	tesouraria	de capital	de lucros	avaliação	acumulados	Total	acionistas não	patrimônio										
	Capital social			patrimonial			controladores	líquido										
Saldo em 01 de janeiro de 2023	12.547.842	(30.186)	208.702	2.428.834	35.977	15.191.169	219.281	15.410.450										
Resultado do exercício	—	—	—	—	719.666	719.666	2.251	721.917										
Outros resultados abrangentes:																		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	804	—	804	—	804										
Ganhos atuariais com plano de pensão	—	—	—	207	—	207	—	207										
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—	1.011	719.666	720.677	2.251	722.928										
Contribuição e distribuições para os acionistas																		
Transações com pagamento baseado em ações	—	37.827	—	—	—	37.827	770	38.597										
Exercício de opção de ações	14.892	(26.128)	—	—	—	(11.236)	—	(11.236)										
Constituição de reservas de lucro	—	—	512.763	—	(512.763)	—	—	—										
Constituição de reserva legal	—	—	35.983	—	(35.983)	—	—	—										
Redução do capital social	—	—	—	—	—	—	(12.250)	(12.250)										
Ações próprias adquiridas	(103.283)	—	—	—	—	(103.283)	—	(103.283)										
Dividendos	—	—	—	—	(170.920)	(170.920)	(3.231)	(174.151)										
Total das transações com e para acionistas	(88.391)	11.699	548.746	—	(719.666)	(247.612)	(14.711)	(262.323)										
Transações com os acionistas																		
Adição de minoritário em função de incorporação de investimento cindido de controlada (nota 4.4)	13.110	—	—	—	—	13.110	(13.110)	—										
Reorganização societária	—	(5.992)	—	—	—	(5.992)	5.992	—										
Total das transações com os acionistas	13.110	(5.992)	—	—	—	7.118	(7.118)	—										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.560.952	(118.577)	214.409	2.977.580	36.988	15.671.352	199.703	15.871.055										
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras																		
Atribuível aos acionistas da Companhia																		
	Ações em	Reserva	Reserva	Ajustes de	Resultados		Participação de	Total do										
	tesouraria	de capital	de lucros	avaliação	acumulados	Total	acionistas não	patrimônio										
	Capital social			patrimonial			controladores	líquido										
Saldo em 01 de janeiro de 2022	12.547.842	(15.995)	194.366	2.036.192	33.016	14.795.421	223.142	15.018.563										
Resultado do exercício	—	—	—	—	514.940	514.940	(919)	514.021										
Outros resultados abrangentes:																		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	1.689	—	1.689	—	1.689										
Ganhos atuariais com plano de pensão	—	—	—	827	—	827	(1)	826										
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa	—	—	—	445	—	445	—	445										
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—	2.961	514.940	517.901	(920)	516.981										
Contribuição e distribuições para os acionistas																		
Transações com pagamento baseado em ações	—	35.852	—	—	—	35.852	596	36.448										
Exercício de opção de ações	10.893	(18.566)	—	—	—	(7.673)	—	(7.673)										
Constituição de reservas de lucro	—	—	366.895	—	(366.895)	—	—	—										
Constituição de reserva legal	—	—	25.747	—	(25.747)	—	—	—										
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	—	(111)	—	—	—	(111)	111	—										
Ações próprias adquiridas	(25.084)	—	—	—	—	(25.084)	—	(25.084)										
Dividendos	—	—	—	—	(122.298)	(122.298)	(4.070)	(126.368)										
Total das transações com e para acionistas	(14.191)	17.175	392.642	—	(514.940)	(119.314)	(3.363)	(122.677)										
Transações com os acionistas																		
Aporte (redução) de não controlador em controlada	—	—	—	—	—	—	(2.204)	(2.204)										
Aquisição de participação societária em controlada por não controlador	—	(2.839)	—	—	—	(2.839)	2.626	(213)										
Total das transações com os acionistas	—	(2.839)	—	—	—	(2.839)	422	(2.417)										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.547.842	(30.186)	208.702	2.428.834	35.977	15.191.169	219.281	15.410.450										
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras																		
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)																		
1 Informações da Companhia e do Grupo: 1.1 Contexto operacional: A Rumo S.A. ("Companhia" ou "Rumo S.A."), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte ferroviário e multimodal), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística. A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. ("Rumo Malha Sul"), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. ("Rumo Malha Paulista"), Rumo Malha Norte S.A. ("Rumo Malha Norte"), Rumo Malha Oeste S.A. ("Rumo Malha Oeste") e Rumo Malha Central S.A. ("Rumo Malha Central") alcançando os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. ("Brado") opera no segmento de contêineres. 1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários: A Companhia opera, por meio de subsidiárias ou coligadas ou controladas em conjunto, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:																		
Empresas	Término da concessão		Área de abrangência															
Rumo S.A.	Setembro de 2066		Mato Grosso															
Controladas																		
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058		Estado de São Paulo															
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027		Sul do Brasil e Estado de São Paulo															
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026		Centro-Oeste e Estado de São Paulo															
Rumo Malha Norte S.A.	Maio de 2079		Centro-Oeste															
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049		Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo															
Coligadas e controladas em conjunto																		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036		Porto de Santos-SP															
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050		Porto de Santos-SP															
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027		Porto de Santos-SP															
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027		Porto de Santos-SP															
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS) ®	Outubro de 2058		Porto de Santos-SP															
(i) A Companhia se associou às demais operadoras ferroviárias que operam em Santos na celebração do Contrato de Cessão ("Contrato de Cessão") relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos, visando representar suas controladas Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo Malha Central S.A. que operam no referido Porto, atividade realizada pela Portofér até 30 de setembro de 2023, que teve seu nome atualizado para Rumo Serviços Logístico Ltda. Em 31 de dezembro de 2023. A assunção das atividades pela AG-FIPS ocorreu em 01 de outubro de 2023, data em que foi encerrado o contrato de arrendamento da Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofér). As controladas, coligadas e controladas em conjunto acima, estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para o qual deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado. 1.3 Informações sobre o Grupo: a) Subsidiárias: As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:																		
Participação direta e indireta																		
31/12/2023 31/12/2022																		
Controladas																		
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51%		51%															
Rumo Luxembourg Sarl	100%		100%															
Rumo Intermodal S.A.	100%		100%															
Rumo Malha Oeste S.A.	100%		100%															
Rumo Malha Paulista S.A.	100%		100%															
Rumo Malha Sul S.A.	100%		100%															
Rumo Malha Norte S.A. ®	100%		100%															
Rumo Malha Central S.A.	100%		100%															
Boswells S.A. ®	0%		100%															
ALL Argentina S.A.	100%		100%															
Paranáguá S.A.	100%		100%															
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100%		100%															
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100%		100%															
Brado Logística e Participações S.A.	77%		77%															
Brado Logística S.A.	77%		77%															
ALL Mesopotâmica S.A.	71%		71%															
Terminal São Simão S.A.	51%		51%															
ALL Central S.A.	74%		74%															
Serviços de Inversão Logística Integrales S.A.	100%		100%															
Rumo Energia	100%		100%															
Rumo Holding Malha Norte ®	100%		—															
(i) A Rumo Malha Norte possui participação de não controladores de 0,26% de suas ações. (ii) Companhia criada em 20 de março de 2023, sem atividade operacional no exercício. (iii) Companhia encerrada em dezembro de 2023. b) Coligadas e controladas em conjunto: A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2022), 20% na Termag S.A. (20% em 2022), 10% na TGG S.A. (10% em 2022), e 20% na Elevações																		

ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação. As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Dólar americano (USD)	4,8413	5,2177
Peso argentino (ARS)	0,006	0,0296

2.3 Mensuração do valor justo: A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho. A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. • **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. **6.5** - Pagamento com base em ações; ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos. Os títulos das Sênior Notes cotadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo ("LuxSE") apresentarão o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Emprestitimo	Empresa	31/12/2023	31/12/2022
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	96,41%	95,04%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg	85,65%	80,36%

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	Nível 2	Nível 2

Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.233.993	7.385.421	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários	1.396.107	840.061	1.396.107	840.061
Contas a receber de clientes	556.297	578.323	556.297	578.323
Instrumentos financeiros derivativos	1.561.493	874.843	1.561.493	874.843
Recebeíveis de partes relacionadas	95.526	146.653	95.526	146.653
Caixa restrito	109.671	92.770	109.671	92.770
Total	10.953.087	9.918.071	10.953.087	9.918.071

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

empréstimo como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos consolidado

Financeiro

Operacionais - concessões

Operacionais - outros

Total

Saldo em 01 de janeiro de 2022

178.526

2.663.396

264.958

3.106.880

Adições

–

111.458

116.738

228.196

Apropriação de juros e variação cambial

23.072

324.122

15.367

362.561

Amortização de principal de arrendamento

(81.134)

(206.069)

(66.170)

(353.373)

Pagamento de juros de arrendamento

–

(162.720)

(32.360)

(195.080)

Reajuste contratual

–

184.896

30.034

214.930

Baixas ⁽ⁱ⁾

–

(105.131)

–

(105.131)

Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾

–

(4.973)

–

(4.973)

Saldo em 01 de janeiro de 2023

120.464

2.804.979

328.567

3.254.010

Adições

–

45.270

222.419

267.689

Apropriação de juros e variação cambial

21.968

300.625

33.863

356.456

Amortização de principal de arrendamento

(71.411)

(248.096)

(78.026)

(397.533)

Pagamento de juros de arrendamento

–

(128.712)

(40.630)

(169.342)

Reajuste contratual

–

99.254

4.274

103.528

Baixas ⁽ⁱ⁾

–

(7.942)

(23)

(7.965)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

71.021

2.865.378

470.444

3.406.843

Circulante

37.425

358.464

113.532

509.421

Não circulante

33.596

2.506.914

356.912

2.897.422

71.021

2.865.378

470.444

3.406.843

(i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16). (ii) Refere-se à baixa dos contratos vigentes na Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofer). Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro. Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento

43.115

55.629

Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo

37.739

14.639

Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo

5.376

1.329

86.230

71.597

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, consequentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 32.244 (R\$ 6.318 em 31 de dezembro de 2022).

5.7 Fornecedores: Política contábil: As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

Fornecedores de materiais e serviços

Outros

Total

Controladora

31/12/2023

31/12/2022

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

117.480

47.633

1.076.678

732.039

2.173

16.522

8.253

14.391

119.653

64.155

1.084.931

746.430

5.8 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil: Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo). No início do relacionamento de hedge de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos/perdas). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

Nocional

Valor justo

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Derivativos de taxa de câmbio e juros

Contratos de Swap (Juros e câmbio)

Contratos de Swap (Juros e inflação)

11.480

47.633

1.076.678

732.039

2.173

16.522

8.253

14.391

119.653

64.155

1.084.931

746.430

Circulante

Não circulante

Ativos

Circulante

Não circulante

Passivos

Total de instrumentos contratados

A Companhia contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Estratégias de Hedge: a) Hedge do valor justo: Atualmente, a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de hedge quanto os itens protegidos por hedge são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio

Nocional

Valor contábil

Resultado

RS

RS

Ajuste de valor justo

31/12/2023

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Dívidas

Sênior Notes 2028

Sênior Notes 2032

NCE USD

Total

US\$ + 5,30%

US\$ + 4,20%

Sofr + 1,3%

(2.791.600)

(2.178.449)

(2.196.083)

167.874

(336.161)

(2.259.375)

(2.066.885)

(2.124.051)

126.408

(629.220)

(483.400)

(487.544)

–

3.147

–

(5.534.375)

(4.732.878)

(4.320.134)

297.429

(965.381)

Instrumentos derivativos

Swap de câmbio e juros

Swap de câmbio e juros

Swap de câmbio e juros

Total

Total líquido

BRL + 115% do CDI

BRL + 117% do CDI

BRL + 108,90% do CDI

2.791.600

(460.940)

(418.674)

42.265

685.200

2.259.375

(239.630)

(128.986)

110.644

804.558

483.400

5.293

–

(5.293)

–

5.534.375

(695.277)

(547.660)

147.616

1.489.758

–

(5.428.155)

(4.867.794)

445.045

524.377

Nocional

Valor contábil

Resultado

RS

RS

Ajuste de valor justo

31/12/2023

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Dívidas

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Finem

Debêntures

Debêntures

Debêntures

CCB

Total

IPCA + 3,87%

IPCA + 3,90%

IPCA + 4,00%

IPCA + 4,77%

IPCA + 4,50%

IPCA + 4,54%

IPCA + 6,80%

IPCA + 5,73%

IPCA + 5,99%

TLP + 5,90%

IPCA + 5,76%

IPCA + 6,18%

IPCA + 0,95%

(1.200.000)

(1.220.460)

(1.065.088)

86.656

(88.823)

(914.751)

(1.117.221)

(1.048.252)

49.958

2.162

(234.045)

(267.161)

(243.591)

13.520

(13.163)

(750.000)

(773.556)

(632.440)

47.885

(76.893)

(784.619)

(841.646)

(818.428)

57.942

(51.842)

(258.815)

(234.556)

(80.987)

22.146

(10.533)

(909.045)

(1.004.762)

(893.852)

61.748

(55.374)

(500.000)

(541.442)

(537.261)

39.691

(34.565)

(434.000)

(470.177)

(435.780)

14.245

1.741

(28.107)

(36.301)

(28.115)

971

(1.644)

(750.000)

(753.439)

–

(186)

–

(750.000)

(749.250)

–

3.468

–

(975.292)

(954.205)

(785.366)

(10.088)

(4.418)

(8.488.674)

(8.964.178)

(6.569.160)

387.956

(333.352)

Hedge risco de inflação

Nocional

Valor contábil

Resultado

RS

RS

Ajuste de valor justo

31/12/2023

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Dívidas

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

Debêntures

<

[illegible]

★ continuação									
Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)									
	Consolidado						Controladora		
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total	
Baixas	—	2.404	51.591	8	—	48.620	102.623	—	
Transferências	(15.734)	27.032	139	23.931	—	83	35.451	—	
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	—	—	—	3.947	619.553	—	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(454.750)	(406.504)	(5.590.985)	(5.599.677)	(13.379)	(447.081)	(12.512.376)	(109.523)	
Adições	(62.016)	(130.176)	(613.032)	(806.380)	—	(14.595)	(1.626.199)	(12.169)	
Baixas	17.769	11.012	110.237	89.725	—	515	229.258	18.519	
Transferências	(49.649)	5.476	(6.837)	(31.199)	—	(45)	(82.254)	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(548.646)	(520.192)	(6.100.617)	(6.347.531)	(13.379)	(461.206)	(13.991.571)	(103.173)	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.124.217	859.464	4.637.017	6.653.877	3.440.142	334.471	17.049.188	153.295	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.099.955	899.453	4.831.570	8.341.853	3.670.897	332.658	19.176.386	506.390	
(i) Em 31 de dezembro de 2023, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R\$ 1.390.404 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2022), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5). Capitalização de custos de empréstimos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 41.304 (R\$ 86.614 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa de média de captação 12,30% (13,25% em 31 de dezembro de 2022). 5.12.3 Ativos intangíveis e ágio: Política contábil: Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.									
Ativo intangível (exceto ágio)						Taxa anual de amortização %			
Licença de software						20,00%			
Licença de operação						3,70%			
Direito de concessão						1,59%			
Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.									
	Consolidado						Controladora		
		Direito de Licença de							
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	operação	Outros	Total	Total			
Valor de custo:									
Saldo em 01 de janeiro de 2022	100.451	7.977.618	379.182	252.220	8.709.471	649.633			
Adições	—	—	2.605	—	2.605	2.604			
Baixas	—	—	—	595	595	—			
Transferências	—	—	(1.911)	20.687	18.776	(1.911)			
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	(15.044)	(400.517)	—			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	37.529	7.972.215	62.728	258.458	8.330.930	650.326			
Baixas	—	—	—	(78)	(78)	—			
Transferências	—	—	3.305	(33.119)	(29.814)	3.305			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.529	7.972.215	66.033	225.261	8.301.038	653.553			
Amortização:									
Saldo em 01 de janeiro de 2022	—	(1.224.844)	(167.287)	(185.695)	(1.577.826)	(341.118)			
Adições	—	(120.156)	(8.879)	(22.119)	(151.154)	(38.460)			
Baixas	—	—	—	(155)	(155)	—			
Transferências	—	—	—	(60)	(60)	—			
Baixa por alienação de investimento	—	5.403	157.743	9.425	172.571	—			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	—	(1.339.597)	(18.423)	(198.604)	(1.556.624)	(379.578)			
Adições	—	(120.015)	—	(18.251)	(138.266)	(38.345)			
Baixas	—	—	—	66	66	67			
Transferências	—	—	—	57.929	57.929	—			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	(1.459.612)	(18.423)	(158.860)	(1.636.895)	(417.856)			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	37.529	6.632.618	44.305	59.854	6.774.306	270.748			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.529	6.512.603	47.610	66.401	6.664.143	235.697			
(i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores da controlada Logisport, apresentados somente no consolidado. (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização. 5.12.4 Direito de uso: Política contábil: O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.									
	Consolidado						Infraestrutura ferroviária e portuária		
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Total			
Valor de custo:									
Saldo em 01 de janeiro de 2022	81.984	107.321	938.610	87.028	27.154	7.800.312	9.042.409		
Adições	52.351	63.347	1.006	—	34	111.458	228.196		
Reajuste contratual	2.283	52.972	3.480	(1.079)	1.540	155.734	214.930		
Baixa ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	—	(106.363)	(106.363)		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	136.618	223.640	943.096	85.949	28.728	7.961.141	9.379.172		
Adições	—	221.180	—	—	1.239	45.270	267.689		
Reajuste contratual ⁽ⁱⁱ⁾	517	3.426	332	—	—	96.257	100.532		
Baixa ⁽ⁱ⁾	—	(22)	—	—	—	(6.384)	(6.406)		
Transferências	—	34.742	—	—	—	—	34.742		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	137.135	482.966	943.428	85.949	29.967	8.096.284	9.775.729		
Amortização:									
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(35.699)	(15.153)	(399.218)	(16.959)	(13.802)	(776.637)	(1.257.468)		
Adições	(23.018)	(76.107)	(34.990)	(4.015)	(4.732)	(267.093)	(409.955)		
Transferências	—	—	—	—	—	20.535	20.535		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(58.717)	(91.260)	(434.208)	(20.974)	(18.534)	(1.023.195)	(1.646.888)		
Adições	(21.574)	(38.748)	(34.347)	(4.380)	(5.758)	(320.280)	(425.087)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(80.291)	(130.008)	(468.555)	(25.354)	(24.292)	(1.343.475)	(2.071.975)		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	77.901	132.380	508.888	64.975	10.194	6.937.946	7.732.284		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.844	352.958	474.873	60.595	5.675	6.752.809	7.703.754		
(i) A movimentação representa a baixa dos saldos de direito de uso da Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofer), que teve o encerramento da sua concessão. Em 31 de dezembro de 2022 refere-se à Companhia Elevações Portuárias, que não é mais controlada, devido à alienação da participação societária. (ii) Do total de reajuste contratual, R\$ 103.528 foram registrados em contrapartida ao passivo de arrendamento, enquanto o montante negativo de R\$ 2.996 foi registrado em contrapartida a arrendamentos e concessões. 5.13 Outros tributos a pagar: Política contábil: A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.									
	Consolidado						Controladora		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			
ICMS	24	180	1.969	2.531	—	—			
INSS	2.505	487	17.598	10.575	—	—			
PIS	3.379	2.569	5.517	2.619	—	—			
COFINS	15.428	11.834	31.792	12.627	—	—			
Parcelamento de débitos tributários	902	902	902	902	—	—			
ISS	—	—	11.645	11.144	—	—			
Outros	2.152	673	8.587	9.851	—	—			
	24.390	16.645	78.010	50.249	—	—			
Circulante	24.390	16.645	77.989	50.080	—	—			
Não circulante	—	—	21	169	—	—			
	24.390	16.645	78.010	50.249	—	—			
Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:									
	Consolidado						Controladora		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			
A partir de 97 meses	21	169	21	169	—	—			
5.14 Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i. Imposto corrente: É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. ii. Imposto diferido: É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado do contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor									
contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. iii. Exposição fiscal: Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos: Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:									
	Controladora				Consolidado				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	769.234	633.164	919.092	707.137	—	—	—	—	
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(261.540)	(215.276)	(312.491)	(240.427)	—	—	—	—	
Ajustes para cálculo da taxa efetiva									
Equivalência patrimonial	346.012	148.904	26.042	13.757	—	—	—	—	
Resultado de empresas no exterior	—	—	(3.036)	13.013	—	—	—	—	
Lucro da exploração ⁽ⁱ⁾	—	—	279.941	197.307	—	—	—	—	
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱⁱ⁾	(120.173)	(36.459)	(246.138)	(211.852)	—	—	—	—	
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271	—	—	—	—	
Selic sobre indébito	4.650	3.551	51.546	32.188	—	—	—	—	
Outros	(1.648)	(2.075)	5.690	1.627	—	—	—	—	
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(49.568)	(118.224)	(197.175)	(193.116)	—	—	—	—	
Taxa efetiva - %	6,44%	18,67%	21,45%	27,31%	—	—	—	—	
(i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar. (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários. b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:									
	Controladora				Consolidado				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Créditos ativos de:									
Prejuízos fiscais	53.254	35.687	1.308.360	1.243.562	—	—	—	—	
Base negativa de contribuição social	19.171	12.847	472.232	448.899	—	—	—	—	
Diferenças temporárias:									
Provisão para demandas judiciais	35.777	31.872	106.126	100.419	—	—	—	—	

continuação

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022 (Cobrado)/creditado	(24.838)	(717)	(154.676)	(175.497)	(22.820)	(2.355.879)	(7.672)	(281.191)	(73.835)	(3.097.125)
do resultado do exercício	22.770	-	(71.829)	(306.623)	715	44.205	(1.520)	161.007	(31.857)	(183.132)
Diferenças cambiais	-	(59.623)	-	-	-	-	-	-	-	(59.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Cobrado)/creditado	(2.068)	(60.340)	(226.505)	(482.120)	(22.105)	(2.311.674)	(9.192)	(120.184)	(105.692)	(3.339.880)
do resultado do exercício	-	-	(81.506)	200.336	288	41.174	(842)	(179.781)	(17.521)	(37.852)
Diferenças cambiais	-	(64.202)	-	-	-	-	-	-	-	(64.202)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	607	607
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.068)	(124.542)	(308.011)	(281.784)	(21.817)	(2.270.500)	(10.034)	(299.965)	(122.606)	(3.441.327)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	8.768	5.447	106.283	89.637
Cíveis, regulatórias e ambientais	50.338	56.306	354.002	349.521
Trabalhistas	45.923	31.852	307.183	285.464
	105.029	93.605	767.468	724.622

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	57.000	52.545	99.016	91.125
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.363	1.102	69.235	41.123
Trabalhistas	5.871	7.477	103.415	104.919
	65.234	61.124	271.666	237.167

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora				
	Cíveis, regulatórias e ambientais		Trabalhistas		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.328	57.486	43.305	103.119	
Provisionados no exercício	5.143	15.292	12.553	32.988	
Baixas por reversão ou pagamento	(7.325)	(61.065)	(40.938)	(109.328)	
Atualização monetária (i)	5.301	44.593	16.932	66.826	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.447	56.306	31.852	93.605	
Provisionados no exercício	2.420	5.050	13.740	21.210	
Baixas por reversão ou pagamento	(321)	(30.816)	(13.498)	(44.635)	
Atualização monetária (i)	1.222	16.005	13.222	30.449	
Transferência	-	3.793	607	4.400	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.768	50.338	45.923	105.029	

	Consolidado				
	Cíveis, regulatórias e ambientais		Trabalhistas		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Saldo em 01 de janeiro de 2022	81.375	313.930	285.775	681.800	
Provisionados no exercício	13.870	88.552	139.611	242.033	
Baixas por reversão ou pagamento	(20.717)	(206.168)	(250.381)	(477.266)	
Atualização monetária (i)	15.109	153.207	110.459	278.775	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.637	349.521	285.464	724.622	
Provisionados no exercício	18.739	61.408	101.817	181.964	
Baixas por reversão ou pagamento	(15.775)	(262.738)	(167.654)	(446.167)	
Atualização monetária (i)	13.682	202.018	86.948	302.648	
Transferências	-	3.793	608	4.401	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.283	354.002	307.183	767.468	

(i) Inclui baixa de juros por reversão. A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. **a) Perdas prováveis: Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (i)	-	-	59.288	50.370
PIS e COFINS	-	-	96	2.197
INSS	1.121	1.049	9.228	9.182
IPJU	2.916	25	8.593	3.098
IRPJ/CSLL	3.152	3.014	4.390	3.024
Outros	1.579	1.359	24.688	21.766
	8.768	5.447	106.283	89.637

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como "uso e consumo", não gerando direito ao crédito. **c) Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizações relacionadas a alegados danos, execuções fiscais decorrentes de autuações de órgãos ambientais e agentes reguladores. **b) Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	1.197.539	1.077.641	4.152.956	4.194.598
Cíveis, regulatórias e ambientais	690.460	666.293	4.345.306	4.313.883
Trabalhistas	103.766	100.177	741.712	713.213
	1.991.765	1.844.111	9.239.974	9.221.694

•Tributários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Multa isolada tributo federal (i)	618.635	392.500	792.496	618.549
IRPJ/CSLL (ii)	404.280	353.291	590.176	547.429
ICMS (iii)	-	-	1.083.291	1.153.479
IRRF (iv)	67.073	61.717	200.539	186.027
PIS/COFINS (v)	16.910	178.882	876.531	1.114.689
Operações financeiras no exterior (vi)	-	-	13.287	8.944
MP 470 parcelamento de débitos (vii)	-	-	148.956	142.166
Plano de opção de compra de ações (viii)	60.863	57.656	60.863	68.846
IOF sobre mútuo (ix)	19.236	18.170	154.606	149.323
Outros	10.542	15.425	232.211	205.146
	1.197.539	1.077.641	4.152.956	4.194.598

(i) As demandas relacionadas à multa isolada se referem, substancialmente, aos seguintes itens a) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada; e b) a Companhia foi autuada em razão da descon sideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos. (ii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeeste Brasil S/A. Em 2023, houve êxito para reduzir a multa de 150% para 75%, sendo a contingência devidamente ajustada. (b) Ágios GIF, TPG e Teacu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teacu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A. (c) Ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: 1) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; 2) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de

participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e 3) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. (d) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL e (e) Retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação. (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTES (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTE pelo fisco paulista. (iv) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de swap. (v) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de frágelo mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos. (vi) Auto de infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial ("ICO"), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSLL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à integralidade das infrações "a", "b", "d", "e" e "f", bem como de parte da infração "c", para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração "g", na extensão do cancelamento parcial do item "c". Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item "g" permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item "c" se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial. (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização. (viii) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória. (ix) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/ controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de frágelo mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raizen e outros valores elencados em demais contas contábeis. **c) Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i) (ii) (iii)	274.545	348.295	1.570.467	1.858.966
Regulatórias (ii) (iv)	358.748	317.104	1.577.446	1.441.298
Ambientais (v) (vi)	57.167	894	1.197.393	1.013.619
	690.460	666.293	4.345.306	4.313.883

Cíveis (i) (ii) (iii) (iv) (v) (vi) (vii) (viii) (ix) (x) (xi) (xii) (xiii) (xiv) (xv) (xvi) (xvii) (xviii) (xix) (xx) (xxi) (xxii) (xxiii) (xxiv) (xxv) (xxvi) (xxvii) (xxviii) (xxix) (xxx) (xxxi) (xxxii) (xxxiii) (xxxiv) (xxxv) (xxxvi) (xxxvii) (xxxviii) (xxxix) (xl) (xli) (xlii) (xliii) (xliv) (xlv) (xlvi) (xlvii) (xlviii) (xlvix) (xlx) (l) (li) (lii) (liii) (liv) (lv) (lvi) (lvii) (lviii) (lvix) (lxx) (lxxi) (lxxii) (lxxiii) (lxxiv) (lxxv) (lxxvi) (lxxvii) (lxxviii) (lxxix) (lxxx) (lxxxi) (lxxxii) (lxxxiii) (lxxxiv) (lxxxv) (lxxxvi) (lxxxvii) (lxxxviii) (lxxxix) (lxxxx) (lxxxxi) (lxxxxii) (lxxxxiii) (lxxxxiv) (lxxxxv) (lxxxxvi) (lxxxxvii) (lxxxxviii) (lxxxxix) (lxxxxx) (lxxxxxi) (lxxxxxii) (lxxxxxiii) (lxxxxxiv) (lxxxxxv) (lxxxxxvi) (lxxxxxvii) (lxxxxxviii) (lxxxxxix) (lxxxxxx) (lxxxxxxi) (lxxxxxxii) (lxxxxxxiii) (lxxxxxxiv) (lxxxxxxv) (lxxxxxxvi) (lxxxxxxvii) (lxxxxxxviii) (lxxxxxxix) (lxxxxxxx) (lxxxxxxxi) (lxxxxxxxii) (lxxxxxxxiii) (lxxxxxxxiv) (lxxxxxxxv) (lxxxxxxxvi) (lxxxxxxxvii) (lxxxxxxxviii) (lxxxxxxxix) (lxxxx

continuação

de dezembro de 2022) e está representado por 1.854.868.949 (1.854.158.791 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Ações ordinárias

Quantidade

%

Acionistas

Cosan S.A.

562.529.490

30,33%

Julia Arduini

71.005.654

3,83%

Administradores

67.540

0,00%

Ações em tesouraria

5.365.279

0,29%

Free float (em negociação na bolsa de valores)

1.215.900.986

65,55%

Total de ações em circulação

1.854.868.949

100,00%

b) Reservas:

A movimentação do exercício é composta pelas transações abaixo: • Acréscimo de R\$ 37.827 de transações com pagamento baseado em ações (R\$ 35.852 em 31 de dezembro de 2022); • Decréscimo de R\$ 26.128 pelas opções de ações exercidas (18.566 em 31 de dezembro de 2022); • Constituição de reserva legal no montante de R\$ 35.983 (R\$ 25.747 em 31 de dezembro de 2022). A reserva é composta por 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, de acordo com a Lei 6.404/76; • Constituição de reservas de especial de R\$ 512.763 (R\$ 366.895 em 31 de dezembro de 2022), destinada a reforçar o capital de giro e financiar a manutenção e expansão, conforme previsão estatutária, até o limite do capital social subscrito. c) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 5.365.279 ações em tesouraria (1.780.457 em 31 de dezembro de 2022), cujo preço de mercado era de R\$ 22,95 (R\$ 18,61 em 31 de dezembro de 2022). d) Dividendos: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 170.920, conforme demonstrado abaixo:

31/12/2023

31/12/2022

Lucro líquido do exercício

719.666

514.940

Reserva legal

(35.983)

(25.747)

Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios

683.683

489.193

Dividendos mínimos obrigatórios

(170.920)

(122.298)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado: 6.1 Receita operacional líquida: Políticas contábeis: i. Receita de serviços:

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado. ii. Receita diferida:

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia. As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano. A seguir, é apresentada uma composição da receita da Companhia, com a receita bruta das vendas e serviços e as deduções das vendas (os abatimentos e os impostos), conforme exigido para empresas brasileiras pela lei nº 6.404/76, seção V, Art.187:

Controladora

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Receita bruta na venda de serviços

1.077.661

1.048.879

11.554.447

10.449.453

Impostos e deduções sobre venda de serviços

(64.215)

(64.282)

(616.731)

(607.945)

Receita operacional líquida

1.013.446

984.597

10.937.716

9.841.508

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

Controladora

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Transporte de carga e acessórios

1.013.446

984.597

10.632.023

9.182.540

Elevação de carga e transbordo

—

—

17.411

415.100

Direito de passagem

—

—

225.528

198.289

Outros

—

—

62.754

45.579

Receita operacional líquida

1.013.446

984.597

10.937.716

9.841.508

6.2 Custos e despesas por natureza:

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

Controladora

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Material de uso e consumo

(269)

(1.444)

(226.592)

(188.664)

Despesa com pessoal

(48.898)

(14.139)

(1.303.682)

(1.192.904)

Depreciação e amortização

(107.164)

(105.089)

(2.175.834)

(1.966.945)

Despesas com serviços de terceiros

(26.195)

(10.347)

(482.530)

(460.315)

Despesas com transporte e elevação

(668.437)

(680.054)

(2.755.935)

(3.074.624)

Outras despesas

(4.391)

(14.782)

(494.489)

(310.889)

(855.354)

(825.855)

(7.439.062)

(7.194.341)

Custo dos serviços prestados

(812.124)

(803.005)

(6.838.432)

(6.695.148)

Despesas comerciais

(837)

416

(40.657)

(30.619)

Despesas gerais e administrativas

(42.393)

(23.266)

(559.973)

(468.574)

(855.354)

(825.855)

(7.439.062)

(7.194.341)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

Controladora

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Efeito líquido das demandas judiciais

(17.993)

(21.387)

(158.433)

(238.703)

Receita de aluguéis e arrendamentos

2.876

21.479

2.876

479

Resultado na venda de sucatas

—

—

40.415

52.245

Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível

6.051

(990)

(18.729)

(1.906)

Créditos fiscais extemporâneos

(26)

(910)

33.384

97.765

Ganhos e perdas com reestruturação societárias ⁽ⁱ⁾

—

955.584

—

955.584

Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga ⁽ⁱⁱ⁾

—

—

—

(90.022)

Resultado no encerramento do acordo judicial ⁽ⁱⁱⁱ⁾

—

(396.818)

—

(396.818)

Reforma de ativos alocados ao resultado ^(iv)

—

—

(29.688)

(32.924)

Outros

12.827

(7.335)

29.395

2.843

3.735

549.623

(100.780)

348.543

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao ganho com a alienação de

Diretoria

Contador

João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

participação societária (e controle) Elevações Portuárias S.A. (vide nota 4.8.3). (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve complemento de outorga decorrente das revisões anuais dos contratos de subconcessão (vide nota 4.8.2). (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, efeito do fechamento de acordo judicial com a empresa Farovia S.A. (vide nota 4.8.4). (iv) Custo de reformas de ativos reconhecida diretamente no resultado por controlada com provisão de impairment para os ativos. 6.4 Resultados financeiros: Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

Controladora

Consolidado

31/12/2023

31/12/2022

31/12/2023

31/12/2022

Custo da dívida bruta

Juros e variação monetária

(902.819)

(597.535)

(2.302.893)

(1.592.595)

Variação cambial líquida sobre dívidas

—

7.356

371.659

378.229

Resultado com derivativos e valor justo

161.920

(86.757)

(493.233)

(906.422)

Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação

(17.393)

(59.613)

(43.905)

(179.811)

Fianças e garantias sobre dívidas

(949)

(1.562)

(24.159)

(26.287)

(759.241)

(738.111)

(2.492.531)

(2.326.886)

Rendimentos de aplicações financeiras

310.352

151.981

1.022.615

918.230

310.352

151.981

1.022.615

918.230

(448.889)

(586.130)

(1.469.916)

(1.408.656)

Custo da dívida, líquida

Outros encargos e variações monetárias

Juros sobre outros recebíveis

30.885

142.824

168.070

190.390

Arrendamento e concessão em litígio

—

—

(426.083)

(390.773)

Passivos de arrendamento

(7.223)

(3.895)

(355.625)

(360.080)

Despesas bancárias e outros

(4.988)

(21.633)

(39.010)

(47.826)

Juros sobre contingências e contratos comerciais

(20.507)

(33.100)

(318.519)

(240.280)

Variação cambial e derivativos

2.972

2.677

(3.400)

(3.370)

Outros encargos e juros

37.473

(13.897)

(110.899)

(68.440)

38.612

72.976

(1.085.466)

(920.379)

(410.277)

(513.154)

(2.555.382)

(2.329.035)

Resultado financeiro, líquido

Reconciliação

Despesas financeiras

(916.406)

(731.235)

(3.621.093)

(2.906.092)

Receitas financeiras

341.237

294.805

1.190.685

1.108.620

Variação cambial

2.972

10.033

368.259

374.859

Derivativos e valor justo

161.920

(86.757)

(493.233)

(906.422)

Resultado financeiro, líquido

(410.277)

(513.154)

(2.555.382)

(2.329.035)

Período de carência (anos)

Data da outorga

Taxa de juros

Volatilidade

Ações outorgadas

Exercidas/ canceladas

Vigentes em 31/12/2023

Preço de mercado na data de outorga - R\$

Valor justo na data de outorga - R\$

Planos de opções

Plano de 2018

5

01/08/2018

10,93%

31,97%

1.149.544

(1.149.544)

—

13,94

13,94

Plano de 2019

5

15/08/2019

6,28%

27,46%

843.152

(267.977)

575.175

22,18

22,17

Plano de 2020

5

11/11/2020

6,94%

41,03%

776.142

(249.747)

526.395

20,02

20,01

Especial de 2021

5

05/05/2021

7,65%

26,06%

1.481.000

(977.523)

503.477

20,85

20,84

Plano de 2021

3

15/09/2021

10,01%

26,51%

1.560.393

(191.959)

1.368.434

18,20

18,19

Plano de 2022

3

01/09/2022

11,53%

27,70%

1.781.640

(53.959)

1.727.681

20,37

20,36

Especial de 2022

—

01/09/2022

11,53%

27,70%

146.909

(146.909)

—

20,37

20,36

Plano de 2023

3

06/09/2023

10,41%

25,84%

1.724.867

—

1.724.867

21,87

21,86

9.463.647

(3.037.618)

6.426.029

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação:

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

Antiga ALL

Rumo S.A.

Quantidade de opções

Preço médio de exercício

Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾

Saldo em 01 de janeiro de 2022

44.492

74,99

5.431.823

Outorgadas

—

—

1.928.549

Perdidas/canceladas

—

—

(748.072)

Exercidas/entregues

(44.492)

74,99

(367.804)

Saldo em 31 de dezembro de 2022

—

74,99

6.244.496

Outorgadas

—

—

1.724.867

Exercidas/entregues

—

—

(1.346.323)

Perdidas/canceladas

—

—

(197.011)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

—

—

6.426.029

(i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia. c) Despesa reconhecida no resultado:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos R\$ 38.597 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 36.448 em 31 de dezembro de 2022). 6.6 Lucro por ação: Política contábil: a) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possuía. b) Lucro diluído por ação:

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

31/12/2023

31/12/2022

Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores

719.666

514.940

Denominador:

Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação

1.852.294

1.852.890

Efeito de diluição:

Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações

4.757

5.115

Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído

1.857.051

1.857.395

Resultado básico por ação ordinária

R\$0,38853

R\$0,27800

Resultado diluído por ação ordinária

R\$0,38753

R\$0,27724

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Rumo S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais

e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui registrado o montante de R\$ 1.869.877 mil de tributos diferidos sobre o lucro, concentrado nas subsidiárias Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, nos montantes de R\$ 1.515.942 mil e R\$ 340.238 mil, respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte relevante dos saldos das subsidiárias Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, nos montantes de R\$ 1.499.795 mil e R\$ 149.870 mil, referem-se a ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, fato que limita a utilização a 30% do lucro tributário apurado no exercício, exigindo a geração de lucro tributário futuro contra o qual este ativo diferido possa ser aproveitado num horizonte de longo prazo, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.14.c. Adicionalmente, julgamento significativo é exercido pela Administração para analisar a expectativa de existência de provável lucro tributável futuro, considerando previsões de longo prazo e existência de eventos fora do controle do Grupo, como fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, consequentemente, na receita considerada no modelo de recuperabilidade dos tributos diferidos. Devido aos aspectos acima mencionados, à magnitude dos valores envolvidos, à complexidade na mensuração e ao fato de que em premissas econômicas como inflação, juros e volume transportado e eventuais modificações futuras em legislações possam causar alteração significativa na recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos riscos relevantes relacionados com as premissas utilizadas no modelo de avaliação para fundamentar a recuperabilidade; • Inclusão de especialistas tributários para mensuração do ativo; • Recálculo matemático do modelo e revisão das premissas relevantes; • Comparação entre o preço

médio dos serviços utilizado no modelo preparado para fundamentar a recuperabilidade dos tributos ativos diferidos no exercício anterior e o preço médio dos serviços atualmente praticado; • Revisão das premissas significativas utilizadas no modelo para projeção de lucros tributários futuros; • Análise sobre a suficiência das divulgações realizadas. • Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e cálculos preparados pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.12.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui obras em andamento registradas pelo montante de R\$ 3.670.897 mil, em 31 de dezembro de 2023, nas demonstrações financeiras consolidadas. A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (Capital Expenditure - Capex) e despesas operacionais (Operational Expenditure - Opex) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades no Grupo para alinhamento de conceitos sobre natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão de obra diretamente atribuíveis com a construção do ativo, bem como, de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas reconhecidas no resultado do exercício. Devido aos aspectos mencionados e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo: • Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 27 - Ativo Imobilizado; • Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento, alocação dos

continua-★

→★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A.

gastos e avanço físico de determinados projetos; • Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontraram como obras em andamento; • Entendimento sobre determinados sistemas de TI envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento; • Teste documental de adições ao ativo imobilizado em obras em andamento; • Obtenção de evidência sobre avanço físico de determinadas obras; • Entendimento dos controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex; • Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e alocação dos gastos na formação dos ativos, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisão para demandas judiciais:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.15 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 767.468 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão seja favorável para o Grupo aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 9.239.974 mil, em 31 de dezembro de 2023, apurado para as informações financeiras consolidadas. Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Outros da auditoria ao assunto:** Sossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reuniões com o Setor Jurídico do Grupo; • Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que o Grupo seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa; • Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos; • Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias; • Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração; • Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo; • Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota; • Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas; • Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores; • Recálculo de atualização monetária; • Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 15 de fevereiro de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

IBDO

BDO RCS Auditores Independientes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador - CRC 1 BA 026357/O-2-S - SP

7.ª Vara Cível Dr. Kátya de Araújo Carollo – Escrivã Av. Cândido de Abreu, 535 - 7.º andar Caroline C.M.B de Matos – E. Juramentada Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patricia Carla Gonçalves - E. Juramentada EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS E DA RÉ ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES; COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Edital de Citação dos Réus Ausentes, Incertos, Desconhecidos, Eventuais Interessados e da Ré ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES, com qualificação ignorada, para contestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, através de advogado, contados a partir do decurso do prazo do Edital, a Ação USUCAPÍAO, sob nº. 0033573/05.2023.8.16.0001, que tramita na 7.ª Vara Cível de Curitiba pelo sistema Projudi, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 7.º andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movida por RL FOLADOR CONTRUÇÕES LTDA-ME contra ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES, que em síntese aduz o seguinte: “Alega a Requerente é legítima possuidora, sem qualquer espécie de oposição, da área total do imóvel constanciada pela Matrícula nº 4.194 do 8º CRI de Imóveis de Curitiba (PR), de indicação fiscal 83 face da antiga proprietária registral, Sra. ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES, dados pessoais desconhecidos, sem herdeiros conhecidos.” **“DESPACHO DE MOV. 34.1: 1. Accolha a petição (seq. 32) como emenda da inicial. 2. Tendo em vista a falta de êxito nas diligências do Juízo e da parte em relação informações quanto ADELAIDE, resta inviável sua citação pessoal. Assim, na impossibilidade das demais formas de citação (artigo 246 e 256, NCPC), cite(m)-se por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, aquele(s) em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiente. 3. Citem-se pessoalmente os confinantes do referido imóvel, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (artigo 246, § 3 NCPC); o. 4. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, cite(m)-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (artigo 259, I, NCPC). 5. Intime(m)-se para manifestar interesse na causa os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município; 6. Desde logo, aos citados e intimados por edital nomeie como curador especial a Defensoria Pública. Intime-se para apresentar contestação. 7. Ultimados os atos supra indicados, certificando-se pela Escrivania, vista dos autos ao Ministério Público Paraná e, posteriormente, conclusos. Curitiba, 01 de fevereiro de 2024. Carla Melissa Martins Tri Juiz de Direito.” **ADVERTÊNCIA: Presumem-se verdadeiros os fatos articulados pela autora se não contestado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado no lugar de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 do NCPC). Curitiba, aos 11 dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e quatro. E Eu, (a) (Kátya de Araújo Carollo) Escrivã, o fiz digitador. SOB MINUTA. CARLA MELISSA MARTINS TRI Juíza de Direito Substituta****

Aassinado Digitalmente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”

Início Acolhimento Propostas: 03/04/2024 às 08h00min. **Início da Sessão Pública:** 18/04/2024 às 09h00min. **Objeto:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO PARA A ÁREA DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL". **Valor Máximo:** R\$ 957.226,67 (novecentos e cinquenta e sete mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos). **Local de Abertura:** Por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e-com.br no site do Banco do Brasil, licitação nº 900030521.Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e-com.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: <https://transparencia.betha.cloud>. Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8674.

Almirante Tamandaré, 02 de abril de 2024.

SANDRA MARIA CUMIN
Pregoeira Oficial

SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E AUXILIARES DE TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

SINFITO-PR
Carta Sindical registrada no Ministério do Trabalho - Livro 110 - folha
043 - ano 1988
CÓDIGO 012.000.49527-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ – SINFITO-PR (CÓDIGO 012.000.49527-5), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas (art. 31 do Estatuto Social), **convoca Assembleia Geral Extraordinária de toda a categoria profissional**, que será realizada no dia **09 de abril de 2024, às 18h00** em primeira convocação e às **18h30** em segunda convocação¹ respectivamente, no Auditório do Edifício Curitiba Prime Center, localizado na Rua Petit Carneiro, nº 1122, bairro Água Verde, CEP: 80240-050, Curitiba, Estado do Paraná, devendo ser examinada a seguinte Ordem do Dia:

- I. Deliberar pela conveniência ou não de se realizar acordos e convenções coletivas de trabalho, originárias ou revisionais;
- II. Sendo aprovado o primeiro item da ordem do dia, deliberarem pelas bases do aumento e demais condições de trabalho, tanto para acordo imediato, quanto para o caso de litígio;
- III. Esgotadas as tentativas de negociação de convenções coletivas, autorizar a imediata instauração de processos de dissídios coletivos;

IV. Autorizar o Sindicato, para através de seu representante legal, entabular as negociações, com as Entidades Representativas das Categorias Econômicas, facultando-lhe a outorga de procurações, nomeação ou não de árbitro para intermediar as negociações, e se for o caso, firmar os respectivos acordos, bem como, ajuizar ações na qualidade de substituto processual.

WOLDIR WOSIACKI FILHO
Presidente

Não sendo atingido o “quorum” de comparecimento previsto no art. 612, da CLT, para realização dos atos em primeira convocação, será obedecido ao “quorum” de comparecimento ora previsto no Estatuto, realizando-se a Assembleia Geral Extraordinária, com qualquer número de profissionais presentes.

Rua Petit Carneiro, 1122 – Conjunto 403 – Curitibaano Prime Center – Água Verde – Curitiba/PR – 80240-050 FONE: (41) 3027-2066 – (41) 99937-7706
– E-mail: sinfito@sinfito.org.br

Acesse pelo do link:

<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

**BEM
PARANÁ**

bemparana.com.br

**BEM
PARANÁ**

Informação
vai bem.

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

EDITAL N° 014/2024

EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP's OU EQUIPARADAS

O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, Nº 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 015/2024, nos termos do Decreto Municipal nº 174/2023, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÀS 09H00MIN, DO DIA 17/04/2024, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. O Edital de licitação encontra-se disponível em WWW.INACIOMARTINS.PR.GOV.BR, WWW.BLL.ORG.BR e em <https://WWW.GOV.BR/pncp/pt-br> Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoesina-mar@gmail.com**

Inácio Martins/PR, 02 de Abril de 2024

Edemétrio Benato Junior
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 71/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, e conforme a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 39.132/2023, R E S O L V E: I – Designar como Fiscais dos Contratos da Câmara Municipal de Araucária os(as) Servidores(as) Claudedir Wierzbicki ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Rosimaria Araujo da Silva ocupante do cargo de Assistente Administrativo, pertencentes ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo, a partir de 15 de março de 2024. II – Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 04, a partir de 15 de março de 2024. Revogar Portaria nº 15/2024 a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e, Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 72/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, conforme artigo 85 da Lei Municipal nº 1.703/2006 e Lei 3.184/2017, R E S O L V E: Designar a partir de 15 de março de 2024 os Servidores Claudedir Wierzbicki, Jelson Gonçalves Kosiba e Rian Dalmoro Padilha, para atuar como Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme as Leis nº 14.133/2021, 10.520/2022, Decreto Municipal nº 39.132/2023 e Resolução nº 91/2023 da Câmara Municipal de Araucária, cujas atribuições incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como habilitação e adjudicação do certame ao licitante vencedor. Conceder a partir de 15 de março de 2024 Gratificação por Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 09. Revogar a Portaria nº 243/2023, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 73/2024

COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece o acesso à informação nos Órgãos Públicos, na Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação nos Órgãos Públicos e na Lei Municipal 3.184/2017, R E S O L V E: Designar como Gestor do Portal de Transparência a partir de 15 de março de 2024 o Servidor Rian Dalmoro Padilha ficando responsável pela Gestão do Portal da Transparência Pública e pela Administração dos serviços tecnológicos Interlegis deste Legislativo (SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, E-mail Corporativo e Portal Web Câmara Municipal de Araucária). Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 06, a partir de 15 de março de 2024. Revogar a Portaria nº 142/2019, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024 **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 74/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, Instr. Norm. TCE/PR Nº 84/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 86/12, Instr. Norm. TCE/PR Nº 83/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 89/2013, Instr. Norm. TCE/PR Nº 122/2016, Instr. Norm. TCE/PR Nº 129/2017, e a necessidade de indicar os responsáveis pelo SIM-AM, R E S O L V E: Designar os Servidores abaixo relacionados, como responsáveis junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para efetuar a prestação de contas através do SIM/AM (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) cujas responsabilidades incluem a exportação, análise, providências para correção, validação e envio dos dados de sua competência nos prazos e condições estabelecidos em norma específica, a partir de 15 de março de 2024. Pierre da Cruz Silveira (Auxiliar Administrativo) Módulos: Tabelas Cadastrais, Atoteca e Controle Interno João Edenilson Penter (Auditor de Controle Interno) Módulos: Licitações, Cadastro de Impedidos de Licitar, Mural de Licitações Municipais, Contratos/Atas de Registro de Preço Rayane Ferreira dos Santos Souza () Módulos: Tesouraria, Patrimônio e Obras Públicas Otoniel de Souza Rocha (Contador) Módulo Planejamento e Orçamento e Módulo Contábil Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos servidores acima designados, incluindo período de férias e Licença para Tratamento de Saúde de até 15 (quinze) dias, conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 07, a partir de 15 de março de 2024. Revogar a Portaria nº 35/2024, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto

nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-e e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 75/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, R E S O L V E: Designar a Servidora Larissa Raphaela Ferreira Fonseca, como responsável junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para efetuar a prestação de contas através do SIAP (Sistema Integrado de Atos de Pessoal) cujas responsabilidades incluem a exportação, análise, providências para correção, validação e envio dos dados nos prazos e condições estabelecidos em norma específica, bem como o acompanhamento dos processos referentes ao SIAP no portal e-Contas do TCE/PR, a partir de 15 de março de 2024. Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico à Servidora acima designada, incluindo período de férias e Licença para Tratamento de Saúde de até 15 (quinze) dias, conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 07, a partir de 15 de março de 2024. Revogar a Portaria nº 93/2019 a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-e e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 76/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, e conforme a Lei 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 39.132/2023, a Lei 8.666/1993 e a Lei 10.520/2002, R E S O L V E: I – Designar a partir de 1º de abril de 2024 como Agente de Contratação da Câmara Municipal de Araucária, o(a) Servidor(a) Claudedir Wierzbicki ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo pertencente ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo. II – Conceder Gratificação por Exercício de Atividades de Natureza Especial conforme Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo I, item 1, a partir de 1º de abril de 2024. III – A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e, Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 77/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, e conforme a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 39.132/2023, R E S O L V E: I – Designar a partir de 1º de abril de 2024 como Fiscais dos Contratos da Câmara Municipal de Araucária, os(as) Servidores(as) Rayane Ferreira dos Santos Souza ocupante do cargo de Recepcionista e Rosimaria Araujo da Silva ocupante do cargo de Assistente Administrativo, pertencentes ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo. II – Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 04, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar Portaria nº 71/2024 a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e, Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 78/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, conforme artigo 85 da Lei Municipal nº 1.703/2006 e Lei 3.184/2017, R E S O L V E: Designar a partir de 1º de abril de 2024 os Servidores Jaime Markovicz, Jelson Gonçalves Kosiba e Rian Dalmoro Padilha, para atuar como Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme as Leis nº 14.133/2021, 10.520/2022, Decreto Municipal nº 39.132/2023 e Resolução nº 91/2023 da Câmara Municipal de Araucária, cujas atribuições incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como habilitação e adjudicação do certame ao licitante vencedor. Conceder a partir de 1º de abril de 2024 Gratificação por Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 09. Revogar a Portaria nº 72/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 79/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece o acesso à informação nos Órgãos Públicos, na Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação nos Órgãos Públicos e na Lei Municipal 3.184/2017, R E S O L V E: Designar como Gestor do Portal de Transparência a partir de 1º de abril de 2024 a Servidora Nathalia Novak Drus ficando responsável pela Gestão do Portal da Transparência Pública da Câmara Municipal de Araucária.

Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 06, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar a Portaria nº 73/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 80/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, Instr. Norm. TCE/PR Nº 84/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 86/12, Instr. Norm. TCE/PR Nº 83/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 89/2013, Instr. Norm. TCE/PR Nº 122/2016, Instr. Norm. TCE/PR Nº 129/2017, e a necessidade de indicar os responsáveis pelo SIM-AM, R E S O L V E: Designar os Servidores abaixo relacionados, como responsáveis junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para efetuar a prestação de contas através do SIM/AM (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) cujas responsabilidades incluem a exportação, análise, providências para correção, validação e envio dos dados de sua competência nos prazos e condições estabelecidos em norma específica, a partir de 1º de abril de 2024. Pierre da Cruz Silveira (Auxiliar Administrativo) Módulos: Tabelas Cadastrais, Atoteca e Controle Interno João Edenilson Penter (Auditor de Controle Interno) Módulos: Licitações, Cadastro de Impedidos de Licitar, Mural de Licitações Municipais, Contratos/Atas de Registro de Preço Joseli de Oliveira Carvalho (Técnico em Contabilidade) Módulos: Tesouraria e Obras Públicas Vagner Rodrigues (Assistente Administrativo) Módulos: Patrimônio Otoniel de Souza Rocha (Contador) Módulo Planejamento e Orçamento e Módulo Contábil Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos servidores acima designados, incluindo período de férias e Licença para Tratamento de Saúde de até 15 (quinze) dias, conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 07, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar a Portaria nº 74/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 81/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, R E S O L V E: Designar a partir de 1º de abril de 2024 o Servidor Caio Flavio Macedo Pinheiro ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária, como Gestor de Frotas para ficar responsável por supervisionar os trabalhos e atividades executados no Setor de Transporte. Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 05, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar a Portaria nº 67/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 82/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, R E S O L V E: Designar os Servidores, João Edenilson Penter ocupante do cargo de Auditor de Controle Interno, Helton Fabio Farias ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Otoniel de Souza Rocha ocupante do cargo de Contador, pertencentes ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária para, sob a responsabilidade do Servidor João Edenilson Penter, comporem grupo com o objetivo de elaborarem estudos, visando a regulamentação da nova Lei de Licitação, no âmbito da Câmara Municipal de Araucária, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar portaria nº 33/2024 a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 83/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece o acesso à informação nos Órgãos Públicos, na Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação nos Órgãos Públicos, R E S O L V E: Designar a partir de 1º de abril de 2024 o Servidor Rian Dalmoro Padilha ficando responsável pela Administração dos serviços tecnológicos Interlegis deste Legislativo (SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, E-mail Corporativo e Portal Web Câmara Municipal de Araucária). A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

